

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 15 DE OUTUBRO DE 2015

NÚMERO 6.904

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 081ª Sessão Ordinária realizada em 22/09/2015 2 Ata da 015ª Sessão Extraordinária realizada em 23/09/2015 5 Ata da 016ª Sessão Extraordinária realizada em 23/09/2015 6 Ata da 029ª Sessão Especial realizada em 23/09/2015 7</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa 11</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 11 Aviso de Licitação 13 Aviso de Resultado 13 Extratos 13 Ofício 16 Portarias 16 Projetos de Lei 18 Projeto de Resolução 19 Requerimento 20</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Leonel Pavan
Valmir Comin
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
(Oradora) - Refere-se ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e comenta estatísticas, salientando que a Apae enfrenta muitos problemas relativos à contratação de

pessoal especializado pela falta de normatização específica na área chamando a atenção que as modificações a serem tomadas pelo governo pode acarretar falta de parâmetro de referência salarial dos professores e perda na qualidade de ensino. Solicita, ainda, que tais medidas sejam repensadas.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Aparteante) - Como membro da comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência ratifica a preocupação da deputada e enfatiza a importância da criação de cursos de aperfeiçoamento para os professores, pois é um ensino diferenciado.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Destaca a importância do tema, que merece um debate mais amplo, e se coloca à disposição para ajudar no que for preciso.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Salienta a passagem do Dia da Árvore, 21 de setembro, e comenta matéria do jornal *Diário Catarinense* sobre o adiamento da convocação dos aprovados no concurso realizado para soldado, em 2015, pela Polícia Militar, o que gerou queixas entre quem espera para iniciar o curso de preparação para desempenhar a função.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Comunica a presença na comissão de Agricultura de representantes de entidades do setor agrícola do estado para discutir os cortes no Orçamento da União à área, fato este que trará prejuízos, especialmente à agricultura catarinense, salientando o envio de moção ao

governo federal apelando pela reversão dessa decisão. Faz a leitura de um documento encaminhado pela Associação Brasileira de Produtores de Maçã, trazendo dados relativos à produção de maçã no Brasil e demandas dos fruticultores catarinenses. Ressalta a ameaça que representa a entrada no Brasil de maçã vinda da China e faz um apelo para que haja a atenuação da importação de maçã.

Partidos Políticos

Partido: PT
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA (Orador) - Comunica que o Supremo Tribunal Federal decidiu proibir, na última quinta-feira, dia 17, o financiamento das campanhas eleitorais por empresas e que tal medida foi defendida por um grupo de mais de 103 entidades representativas do país, salientando a importância desse avanço à sociedade brasileira.

Comunica a visita, na próxima quinta-feira, do ministro Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que será homenageado pelo presidente Gelson Merisio.

Destaca que defende o fim do subsídio vitalício aos ex-governadores e que protocolou documento junto ao Supremo Tribunal Federal e solicita que os recursos públicos oriundos de impostos sejam revertidos em políticas públicas tão necessárias e fundamentais para a sociedade brasileira.

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Ressalta a importância do I Seminário Internacional da Uva e do Vinho no município de Videira e destaca o aumento da produção de vinho e do suco de uva em Santa Catarina.

Demonstra preocupação em relação à proposta do governo estadual de efetuar repasses financeiros e substituir os contratos dos professores ACTs junto as 190 Apaes. Comenta a preocupação de professores, pais e alunos sobre essa situação e apela no sentido de se buscar uma solução.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Cumprimenta-o e corrobora a sua preocupação.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Reitera as palavras do deputado e comunga com a sua preocupação.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) - Cumprimenta-o pelo tema e corrobora o pronunciamento do deputado.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO (Orador) - Faz alusão ao evento ocorrido na Casa, parabenizando o partido PRB por novas filiações. Enfatiza a comemoração ao Dia da Árvore, destacando a mobilização no hall da Assembleia Legislativa - iniciativa da comissão de Turismo e Meio Ambiente, que integra de forma lúdica, contemplando crianças de escolas públicas e privadas, com objetivo de promover a conscientização ao tema.

Finaliza o discurso convidando todos para audiência pública que discutirá o projeto que cria a rota da cerveja em Santa Catarina. Projeto este que propõe incentivar e replicar as iniciativas no estado e por todo país.

Partido: PSD

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (Orador) - Relata sua participação no 33º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, realizado pela Confederação Nacional das Indústrias, salientando a importância do conteúdo do evento em relação à inovação para o futuro das relações comerciais e cooperação entre empresas alemãs e brasileiras.

Destaca a presença do governador no evento que debateu a necessidade de se fazer uma reforma estrutural no Brasil com a criação de uma nova Constituinte, favorecendo os direitos e obrigações.

Reporta-se à fala do presidente da Fiesc, Glauco Corte, manifestando posição contrária à atuação política do governo federal na redução dos recursos ao Sistema "S" e anuncia uma grande mobilização política para mostrar a importância desses recursos.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza-o pelo pronunciamento, frisa o trabalho desenvolvido pela indústria e comércio no estado Santa Catarina e corrobora a sua preocupação em relação aos cortes à indústria e ao comércio.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Parabeniza-o pela importância do tema e destaca a moção contra o corte dos recursos ao Sistema "S".

Deputado Rodrigo Minotto (Aparteante) - Destaca a relevância do tema abordado, cumprimenta o presidente da Fiesc e propõe fazer uma moção conjunta de apelo à presidente da República para que não haja corte ao Sistema "S".

Partido: PDT

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Faz referência ao triste fato noticiado pela imprensa sobre o grande índice de mortalidade infantil em Santa Catarina, mais acentuado nas cidades de Lages e Criciúma.

Fala sobre a grande feira de empregos destinada a pessoas com deficiência que acontecerá em Florianópolis, no dia 26 de setembro, no Instituto Federal de Santa Catarina e parabeniza o ministro do Trabalho e o superintendente Regional do Trabalho em Santa Catarina, bem como todas as instituições envolvidas na iniciativa e reafirma o compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores com deficiência para uma sociedade mais ética, justa e inclusiva.

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Destaca que quando governou Santa Catarina encaminhou a esta Casa um projeto de lei, que foi aprovado, e concede benefícios a mães em caso de gestação de múltiplos, mais de três bebês, e destaca que recentemente foi aprovada uma nova lei ampliando o período da concessão dos benefícios, pagos pelo governo catarinense, de seis anos para doze anos.

Manifesta sua indignação com o fato de algumas pessoas afirmarem que o PSDB quer dar um golpe político no atual sistema ao pedir o impeachment da presidente Dilma Rousseff. No entanto, reitera que o PSDB sugere que ela renuncie ao seu mandato, fazendo um favor para o país.

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0260/2015, 0459/2015 e 0515/2015.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0053/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0206/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, institui o Programa de Gestão Financeira Familiar no Sistema Estadual de Ensino, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0167/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o índice de mortalidade infantil no estado no período compreendido de 2014 e o mês de agosto de 2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0126/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan e outros, a ser enviada à presidente da República e ao ministro dos Transportes, manifestando preocupação e apela pela reconsideração da decisão de prorrogação para 2022 das obras da BR-470 contidas na proposta orçamentária para o ano de 2016, mantendo o cronograma de conclusão para 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, gostaria de v.ex.a. falasse com os líderes para que o projeto da Defensoria Pública fosse incluído na Ordem do Dia, pois o pessoal da Defensoria está aguardando.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Deputado, consta da pauta a votação do projeto da Defensoria.

Moção n. 0127/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare e outros, a ser enviada à ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com cópia à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio nas reivindicações externadas pelas entidades ligadas ao agronegócio de Santa Catarina quanto aos cortes anunciados ao subsídio para garantia de preços agrícolas e também no orçamento de todo Sistema "S", em especial ao Senar, que sofrerá um impacto de 30% com a efetivação dos cortes previstos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0304/2015, de procedência da Defensoria Pública, que cria a indenização pela utilização de veículo próprio para os membros da Defensoria Pública deste estado e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputadas, esse projeto de lei é bastante aguardado pela Defensoria Pública de Santa Catarina. Eu coordeno a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública, que é formada por praticamente todos os Partidos desta Casa. E nós elencamos como prioridade este ano a aprovação desse projeto de lei, tendo em vista que os núcleos da Defensoria Pública ainda são muito novos em Santa Catarina. Temos perdido defensores públicos, inclusive pela falta de estrutura e condições.

Esta indenização vem recompor a condição de mobilidade aos defensores públicos e permitir que nós possamos ter mais agilidade, portanto, mais mobilidade e quem sabe mais pessoas hipossuficientes, famílias, pessoas pobres em condições de necessidade e também com seus direitos negados.

Então, quero pedir o voto de todos os deputados. Esse projeto foi aprovado nas três comissões. E nós entendemos que, provavelmente, logo, logo, estaremos aqui neste plenário discutindo, inclusive como deveremos ampliar esta Defensoria Pública para outros municípios do estado de Santa Catarina.

Quero registrar a presença também dos defensores e defensoras que se encontram

em pé, aqui, junto ao plenário, acompanhando esta votação. Eles têm sido muito profissionais, muito éticos, muito sérios na condução das ações individuais e coletivas dos 21 núcleos. Tenho certeza de que esse projeto será aprovado e nós queremos que a Defensoria Pública em Santa Catarina cada vez mais cresça e se consolide.

Muito obrigada!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Esta presidência também cumprimenta que todos os defensores e defensoras públicas estão aguardando a votação desse projeto.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Brasil em 1988 constitucionalizou o direito de acesso à Justiça às pessoas mais pobres, no seu art. 5º. Hoje esse direito é igual o direito à saúde, à educação, à liberdade, e está consolidado. Nós sabemos que esse direito à Justiça não significa apenas o fato de a pessoa poder protocolar alguma coisa no Judiciário, mas precisa ser um direito efetivo, que possibilite que a pessoa realmente possa exercê-lo.

Santa Catarina tinha o modelo que era da Defensoria Dativa e foi considerado inconstitucional porque a constituição diz no seu art. 134, que precisa ser feito por defensores públicos, e Santa Catarina passou a implantar esse modelo a partir de uma determinação judicial. Evidente, precisamos fortalecer a Defensoria Pública, que é uma instituição que defende a população mais fraca, muitas vezes contra o Ministério Público, que em tese defende o estado, mas que está muito melhor aparelhado, com mais condições, mais assessoria, todo um sistema melhor para exercer essa acusação de alguém em nome da sociedade. É preciso que a Defensoria Pública tenha uma situação melhor.

Aqui estamos tratando num projeto que permite o uso de carros particulares, é o modelo que Santa Catarina usa, inclusive aqui na Assembleia, e se diz sempre que é mais barato, e parece que realmente é o modelo mais barato, não fiz as contas, não vi os números, mas parece que é o mais barato. Falei na reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que precisamos estar preocupados, presidente, com a situação do Brasil sobre a questão econômica. Não é mais premunção de crise, é presente.

Nós vamos ter que fazer uma reavaliação do próprio serviço público. Não é um benefício para categoria, é um benefício para a população. Vamos ter que rediscutir os benefícios, o estado brasileiro precisa rediscutir, é uma situação grave. Não sei bem o que vai acontecer, mas claramente há um problema. Projetos de Lei envolvendo serviço público, mais gastos, temos que refletir muito. Esse parece que não é mais gasto, pelo menos as contas mostram que vai ser menos gasto, então, em benefício do povo em geral eu voto a favor.

Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero destacar em primeiro lugar o esforço que o governo está fazendo,

justamente, para implantar a Defensoria Pública.

E o ideal seria termos o número de Defensorias Públicas iguais ao de comarcas, que hoje são 111 e a Defensoria está em 27 regionais. Espera-se que com o tempo esse processo gradativo, que tem recebido o apoio irrestrito da Assembleia e, naturalmente, a aprovação desse projeto, que não é inovador, mas uma cópia do que já acontece com os auditores fiscais e com a Promotoria, de forma que há um tratamento equânime com relação aos defensores públicos. Esse projeto é importante no sentido de valorizar o defensor público e com isso assegurar à população, especialmente a mais carente, os seus direitos.

Muito obrigado!

Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, inicialmente apenas quero ressaltar a importância do trabalho da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Foi criada, nesta Casa, a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública tendo a deputada Luciane Carminatti como presidente e eu como vice-presidente, indicado pela bancada do PMDB, e faço isso por uma característica muito própria da estrutura pública nacional.

No governo Fernando Henrique quando se começou a discutir a reforma administrativa no âmbito federal, percebeu-se que em muitos cargos a comparação do poder público com a iniciativa privada tinha uma grande diferença, ou seja, a remuneração na esfera pública era muito superior à iniciativa privada, em outros cargos estratégicos ela estava muito aquém da iniciativa privada. A Defensoria Pública catarinense é um exemplo disso, hoje se percebe, cada vez mais, que muitos defensores públicos aprovados em concursos estão seguindo outro caminho profissional, seja na iniciativa privada ou fazendo outros concursos públicos, pois temos uma das menores remunerações de defensor público de todo o país.

É óbvio que esse projeto, que foi ingressado nesta Casa pela Defensoria Pública e não pelo governo do estado, já que tem prerrogativa para isso, mas como o responsável pela instituição o ex-deputado Ivan Ranzolin falou aqui, ele fez isso num acordo com o governo do estado por recomendação do grupo gestor, que definiu que essa aprovação e o investimento realizado iria gerar uma economia em função da manutenção e das condições dos veículos utilizados pela Defensoria Pública.

Agora, se nós parlamentares, conhecermos a realidade em cada comarca que já funciona a Defensoria Pública, do atendimento à população mais carente, do número de audiências que têm que ser realizadas, do número de atendimentos que têm que ser realizados, teremos outra visão da importância dessa instituição.

E a deputada Luciane Carminatti me socorre aqui, nas palavras do deputado Serafim Venzon, que está previsto em legislação federal até o ano de 2022 todas as comarcas terem uma estrutura de Defensoria Pública. Há metas a serem atingidas, precisa-se chamar mais defensores, o número é insuficiente, a estrutura é insuficiente, mas obviamente que é uma instituição recente em Santa Catarina e o nosso papel parlamentar é de apoiar para que essa condição seja cada vez melhor e quem ganha isso é a sociedade.

Parabéns pelo trabalho realizado pela Associação de Defensores Públicos que buscou cada parlamentar e soube argumentar, trabalhar junto às comissões e chega aqui com todos os pareceres favoráveis, permitindo uma...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, apenas gostaria de ressaltar a importância do trabalho de assistência jurídica, principalmente às pessoas de situação financeira insuficiente e que precisam do trabalho da Defensoria. É mais um órgão de serviço público e que hoje recebe o apoio desta Casa, como já votamos na sua criação, e aí temos que cumprimentar a todos os defensores, especialmente ao defensor-geral, que é o ex-deputado Ivan Ranzolin, o governador Raimundo Colombo por todo o esforço na implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina que, paulatinamente, com muita responsabilidade, vem sendo aparelhada e vem prestando um grande serviço de qualidade.

Por isso, nós, do Partido Progressista e também do Bloco Social Progressista, votamos a favor desse projeto.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, o sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer um registro especial e agradecer todos os membros da comissão de Finanças e Tributação que, na última reunião, aprovaram o parecer deste deputado.

E a pedido do presidente da Associação dos Defensores Públicos e do próprio defensor público-geral, o ex-deputado Ivan Ranzolin, para que déssemos agilidade por conta da missão que esta Casa deu a mim e ao deputado Fernando Coruja em relação à questão da busca de apoio às emendas constitucionais proposta por esta Casa, uma vez que o projeto estava comigo. E, na reunião da comissão de Finanças e Tributação, os colegas acataram que eu pudesse fazer o relatório favorável verbal, logo depois, foi pensado ao projeto.

Então, muito obrigado aos deputados que entenderam essa necessidade e agora estamos aqui, neste momento, para fazer a aprovação.

Muito obrigado, sr. presidente.

Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas para encaminhamento de voto. Temos já manifestação de grande parte deste Parlamento favorável, mas evidentemente não poderíamos deixar recolher a aprovação desta matéria porque ela é importante não só para a Defensoria, mas, sim, para todos aqueles que precisam da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Portanto, o nosso encaminhamento é favorável ao projeto, sr. presidente.

Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão do eminente líder do PSD, deputado Jean Kuhlmann, o voto é pela aprovação do projeto, pois é necessário, racional, pertinente. Também gostaria de dizer que a Defensoria Dativa funcionava muito bem e era um exemplo para o Brasil, mas por

exigência jurídica criamos a Defensoria Pública e, para nossa surpresa, sr. presidente, é uma instituição que está se consolidando positivamente, formada por uma equipe de advogados concursados, jovens dedicados, sensíveis e, sobretudo preocupados com a garantia dos direitos fundamentais da população catarinense.

Parabéns à Defensoria Pública que é uma instituição que atende, sobretudo, quem precisa que são as pessoas carentes do estado de Santa Catarina.

Voto "sim" e parabéns ao trabalho da Defensoria Pública.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra para encaminhamento final de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - É de conhecimento de todos que a Defensoria Pública presta um trabalho relevante no estado de Santa Catarina, mas há problema de estrutura. É um projeto importante para dar continuidade ao trabalho lindo que faz em Santa Catarina.

Portanto, peço a toda bancada pela aprovação, sr. presidente.

Obrigado, sr. presidente!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Os srs. deputado que o aprovam, permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0901/2015 e 0909/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0903/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0904/2015, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0905/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0906/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0907/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0908/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica, outrossim, que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0723/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0724/2015 e 0725, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0726/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0727/2015 e 0728/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0729/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0730/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0731/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta e agradece a presença dos defensores públicos que acompanharam a votação do projeto da Defensoria Pública.

Ratifica as palavras da sra. Luciana Lombardi Schmitt, de Brusque, usuária do Sistema Único de Saúde, com relação à ineficiência do serviço prestado, estabelecendo critérios que se interpõem à vida. Pondera que uma Defensoria Pública

mais forte vai ajudar a fazer valer o direito constitucional das pessoas.

Concluindo, faz referência à crise política e econômica decorrente da má gestão do governo, aumentando o pessimismo das pessoas, já que a inflação já chega a 11%.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Demonstra preocupação em relação à proposta feita pelo governo estadual em substituir os chamados professores ACTs por repasses financeiros às Apaes. Pondera que tal medida pode prejudicar as instituições, tendo em vista a realidade de sala de aula de profissionais experientes no trato com estudantes, rompendo vínculos efetivos e de confiança.

Deputado Mário Marcondes (Aparteante) - Manifesta sua indignação com essa situação das Apaes.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Solicita ao governo estadual empenho com relação ao início das obras de revitalização da SC-445, trecho do Morro da Fumaça até Urussanga, salientando o descaso com relação à manutenção das rodovias em geral. Refere-se aos cortes no Orçamento, anunciados pelo governo federal, ressaltando a tentativa da volta da CPMF. Crítica o corte no Sistema "S" e lê uma reportagem que traz dados que demonstram a importância do Sesi, Senai e Sesc. Por fim, clama aos deputados federais que levem a bandeira no sentido de que não haja tributação da CPMF.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores que queiram usar a palavra, a Presidência encerra a sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h15, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin. PRESIDÊNCIA - Deputado: Gelson Merisio

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Passa à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0064/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, no âmbito o estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2015, de origem legislativa, que aprova nomes para a composição da Diretoria Colegiada da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, houve aqui uma fusão de agências, estamos votando agora os nomes para uma nova agência. Os nomes encaminhados pelo governo merecem o nosso voto favorável em função da importância da agência.

Mas quero ressaltar a figura do ex-presidente da Agesan, o ex-deputado desta Casa, Sérgio Grandó, que fez um belíssimo trabalho na antiga agência e agora está sendo encaminhado, não para a Presidência, mas para uma diretoria, e vai continuar trabalhando nessa agência. O nosso companheiro Grandó está ali fora, ele foi recentemente acometido por um grave problema de saúde, mas está aí firme, lutando por aquilo que acredita, pelos seus ideais e, principalmente, pela ideia de que é preciso que num estado, como o estado de Santa Catarina, haja investimento nesta área e haja principalmente o debate, a discussão de toda a política de águas, a política energética. Nós, inclusive, junto com o deputado Kennedy

Nunes e outros deputados, estamos procurando levar, em nível nacional, uma proposta, que, claro, foi aprovada por esta Casa, de uma emenda constitucional a partir das Assembleias, para que os estados possam legislar sobre águas, energia, minas, e outras questões, e que esse debate possa vir para o estado. É muito importante a política energética e de águas para o futuro. Cada estado, muitas vezes, tem que cuidar das suas coisas, em alguns locais do mundo cada estado, cada consumidor até escolhe a energia que quer usar, e o ex-deputado Sérgio Grandó, que é um físico, um estudioso da matéria, certamente vai continuar contribuindo muito.

Eu sou seu amigo e reconheço nele uma capacidade muito grande. Estou votando a favor de todos os nomes, evidentemente, mas principalmente pelo deputado Sérgio Grandó.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	

DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim	Discussão e votação em turno único	DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	do Projeto de Decreto Legislativo n.	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	0005/2015, de origem legislativa, que aprova	DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		nome para o cargo de Procurador Jurídico da	DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	Agência de Regulação de Serviços Públicos de	DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	Santa Catarina (Aresc).	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	Em discussão.	DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES		(Pausa)	DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim	Não havendo quem o queira discutir,	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	encerramos a sua discussão.	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim	Em votação.	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	Os srs. deputados que votarem "sim"	DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		aprovam a matéria e os que votarem "não"	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim	rejeitam-na.	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK		(Procede-se à votação nominal por	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	processo eletrônico.)	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADO CESAR VALDUGA	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim	DEPUTADO CLEITON SALVARO	DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	DEPUTADO DALMO CLARO	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim	DEPUTADO DARCI DE MATOS	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO DIRCEU DRESCH		
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO		
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	DEPUTADO FERNANDO CORUJA		
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO		
Encerrada a votação.		DEPUTADO GEAN LOUREIRO		
Votaram 33 srs. deputados.		DEPUTADO GELSON MERISIO		
Temos 33 votos "sim".		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		
Está aprovada a matéria.		DEPUTADO JEAN KUHLMANN		

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h20, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio
Mário Marcondes
Valmir Comin

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Passa à Ordem do Dia.

Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar meu voto com relação ao projeto anterior. Eu estava votando quando v.exa. encerrou rapidamente.

Quero registrar meu voto "sim".

DEPUTADO GELSON MERISIO
(Presidente) - Está registrado, deputado Gean Loureiro.

Tivemos 28 votos "sim" com o voto do deputado Gean Loureiro.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0005/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0124/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0226/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0254/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto e Lei n. 0286/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0289/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0064/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)
- Aborda o drama vivido pelos refugiados da Síria, destacando o espírito acolhedor do nosso país aos imigrantes desde os tempos de colônia e a ação efetiva do governo brasileiro, comunicando que apresentará indicação ao governo estadual solicitando todo o suporte necessário e colocando seu mandato à disposição da comunidade árabe.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Manifesta sua preocupação com a possibilidade de o Brasil perder a oitava posição entre as maiores economias globais, tendo em vista a alta do dólar.

Aborda os reflexos do corte de recursos ao Sistema "S" em Santa Catarina e no Brasil, o que acarretará fortes impactos na educação, saúde, cultura e no bem-estar social, frisando que a atual política é um total retrocesso que vai na contramão do *slogan* Pátria Educadora, lançado pelo atual governo.

Deputado Mário Marcondes (Aparteante) - Corroborando o assunto abordado e destaca que mais uma vez Santa Catarina será um dos estados mais prejudicados.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Reitera a manifestação do deputado sobre a

questão da educação e salienta a responsabilidade do atual governo.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Elogia a ética dos parlamentares catarinenses e refere-se à conduta de políticos da base governista na Câmara Federal com relação à pauta bomba. Mostra-se indignado com a forma como é negociada a votação pela manutenção de vetos do governo, através da concessão de ministérios, questionando a forma de negociação com a presidente.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) - Defende seu ponto de vista com relação à votação dos vetos na Câmara Federal, corroborando o tema.

Deputado Mário Marcondes (Aparteante) - Ratifica a fala do deputado, condenando também a troca de cargos e favores na política.

DEPUTADO SÍLVIO DREVECK (Orador) - Parabeniza a população de São Bento do Sul pela passagem dos 142 anos de emancipação político-administrativa do município.

Manifesta preocupação a respeito da pretensão do governo federal em retirar os recursos do Sistema "S".

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Cumprimenta os moradores de São Bento do Sul e enaltece a dedicação do deputado ao município.

DEPUTADO VALMIR COMIN (Presidente) - Não havendo oradores que queiram usar a palavra, a Presidência encerra a sessão e convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao jubileu de ouro da profissão de administrador.

ATA DA 029ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO JUBILEU DE OURO DA PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Jubileu de Ouro da Profissão de Administrador.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado Gean Loureiro, proponente desta sessão especial;

Excelentíssimo senhor prefeito municipal de Joaçaba, Rafael Laske;

Senhor presidente do Ciasc, Roberto Rogério do Amaral;

Senhor presidente do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina - CRA/SC -, Evandro Fortunato Linhares;

Senhor primeiro-presidente do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina - CRA/SC -, Célio da Costa Struve;

Senhor vice-presidente da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina - Ascop -, Flavio Flores;

Senhor diretor-geral da Esag/Udesc, professor doutor Arnaldo José Lima.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial em comemoração ao Jubileu de Ouro da Profissão de Administrador foi convocada por solicitação da Mesa e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor diretor presidente da Eletrosul, administrador Djalma Vando Berger;

Senhor presidente do Conselho Regional de Economia, economista doutor Nelci Moreira de Barros;

Senhor presidente do Conselho Curador da Fepese, Flávio da Cruz;

Senhor gerente executivo, administrador Fernando Linhares, neste ato representando o senhor presidente da Fiesc, Glauco José Córte;

Senhor diretor de *campus*, Alceu de Oliveira Pinto Júnior, neste ato representando o

magnífico reitor da Univali, senhor Mario Cesar dos Santos;

Senhor diretor-geral da Faculdade Borges de Mendonça, Sandro Crisóstomo;

Senhor vice-presidente do Conselho Federal de Educação Física, Marino Tessari;

Senhor diretor Luciano Kowalski, neste ato representando o senhor presidente da Fecontesc, Tadeu Oneda;

Senhora diretora adjunta institucional do Floripa Amanhã, Andreia Ferrari;

Senhora delegada da região de Florianópolis do CRA/SC, administradora professora Isabela Regina Fornari Muller.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome de todos os deputados com assento neste Poder Legislativo, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Boa-noite, senhoras e senhores!

Gostaria de cumprimentar o deputado Mário Marcondes, integrante da Mesa Diretora e, para nossa honra, também colega de São José, da Grande Florianópolis, representando junto comigo esta região. É uma honra tê-lo presidindo esta sessão e agradeço a atenção de v. exa. ao participar conosco deste importante momento não apenas para os administradores de Santa Catarina, mas para toda a sociedade.

Quero cumprimentar o presidente do Conselho Regional de Administração e, em seu nome, toda a diretoria do Conselho aqui presente, os ex-presidentes e os conselheiros que prestigiam este momento solene de grande importância para este Parlamento em que comemoramos o Jubileu de Ouro da profissão de administrador.

Também saúdo o prefeito de Joaçaba, o presidente do Ciasc, os ex-presidentes do Conselho Regional de Administração, a nossa representante da Ascop, os representantes das nossas universidades: a Udesc, através da Esag, a Univali e a Faculdade Borges de Mendonça.

Agradeço muito aos homenageados. E a minha proposição levou em conta critérios

adotados pelo Conselho Regional de Administração, diante da história e da colaboração à profissão daqueles que representam, de maneira muito positiva, todos os administradores, quer na iniciativa privada ou no poder público.

Quero trazer o meu abraço ao presidente da Eletrosul, o meu amigo Djalma Vando Berger. Inclusive, gostaria de dizer que tive a oportunidade de ser secretário quando o seu irmão, o ex-prefeito Dário Berger, hoje senador, comandou os destinos de Florianópolis. Ele sempre dizia do compromisso de ter secretários e representantes nos cargos - e que precisam, efetivamente, do conhecimento administrativo - que fossem administradores. E esse compromisso dele e de toda a família de administradores fez com que tivesse uma grande representação.

A presença do Djalma Berger hoje aqui engrandece esse trabalho pelo cargo federal relevante que ocupa em Santa Catarina, um dos mais importantes. E tenho certeza de que ele traz um abraço também do nosso ex-prefeito que, obviamente, hoje está em Brasília participando das votações importantes do Senado federal. Mas me permito, como correligionário seu do PMDB, também trazer um abraço dele a todos os administradores.

Igualmente, quero dizer que essa proposição da realização da sessão foi, inicialmente, de minha autoria. Entretanto, todos os administradores, e que não são os deputados administradores, mas são os administradores que exercem o mandato de deputado, assinaram essa proposição. Então, é uma proposição dos administradores desta Casa Legislativa, que temos em grande número aqui. O Adriano tem a tabela com o nome de todos que têm registro no Conselho, que participaram, que se graduaram. E permanentemente são defensores na cobrança, junto com o presidente, de diversas atuações e em defesa da profissão.

Mas quero trazer aqui, obviamente, um abraço a todos os homenageados e dizer que é com grande alegria que propusemos esta sessão especial em comemoração ao Jubileu de Ouro da profissão Administrador.

Eu tenho muito orgulho de ser administrador, e sempre coloquei isto de

maneira muito clara, apesar de ser também advogado, pois foi na profissão de administrador que evidentemente ressaltai os meus maiores conhecimentos diante das diversas funções públicas que ocupei nesses quase 25 anos da minha vida pública.

Vou fazer aqui um breve relato histórico dessa importante profissão no Brasil. (Passa a ler.)

"Sabemos que no Brasil o ensino de Administração teve dois momentos importantes, em 1963 e 1993, quando foram aprovados os currículos mínimos até chegar às propostas das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, em 1998.

Nós podemos dizer que a nossa profissão é ainda muito nova no país, se paramos para pensar que em 1952, ano em que se iniciava o ensino da Administração no Brasil, os Estados Unidos já formavam em torno de 50 mil bacharéis, quatro mil mestres e 100 doutores em Administração por ano.

A Administração no Brasil ganhou força com a modernização e o desenvolvimento social. Naquela época, o país passava de um estágio agrário para um estágio de industrialização, surgindo a necessidade de aprimorar as técnicas de planejamento e análise em diferentes funções, sejam em empresas públicas ou privadas.

Tudo isso direcionou para a profissionalização do ensino de Administração e motivou, em nosso país, a criação de novos cursos de graduação. E a criação desses cursos assumiu um papel relevante, por ampliar a organização escolar superior do país, que até então se constituía apenas de engenheiros, médicos e advogados."

A partir dali surgiu, efetivamente, a profissão de administradores e de pouco em pouco lutamos e somos reconhecidos pelo mercado, que, independente da atividade, é necessário ter um administrador com conhecimento específico para gerir toda a estrutura administrativa das empresas, sejam elas em que áreas possam atuar.

(Continua lendo.)

"Podemos, então, dizer que o administrador profissional surgiu de forma gradativa, desde a década de 30 até a regulamentação da profissão, que aconteceu em 9 de setembro de 1965, através da Lei n. 4.769. A partir daí apenas poderiam exercer a profissão de administrador quem tivesse o título expedido pelo sistema universitário.

Com tudo isso, podemos dizer que o ensino da Administração está relacionado de maneira direta ao processo de desenvolvimento de nosso país, o Brasil. Este processo foi marcado por dois momentos históricos distintos: o primeiro pelo governo Getúlio Vargas, de caráter nacionalista, e o segundo pelo governo Juscelino Kubitschek, de caráter internacionalista.

Durante todo esse processo não podemos deixar de citar o surgimento da Fundação Getúlio Vargas e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Estas duas instituições marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil."

Destacamos estas duas instituições por terem sido as pioneiras em ensino de Administração no país. E obviamente que não temos como deixar de destacar aqui neste histórico a questão do ensino e, especialmente, dos cursos de graduação, que foi o início de podermos ter efetivamente os administradores. E as nossas universidades acreditaram que com a criação dos cursos de Administração iria haver um avanço considerável na iniciativa privada, no desenvolvimento econômico e social dos municípios, dos estados e do país. E, de maneira especial, para nós, gestores públicos. O prefeito que está aqui presente sabe da importância de ter profissionais qualificados e com conhecimento na área de administração para ajudar nas administrações públicas.

(Continua lendo.)

"Nessa época que falei, ou seja, da criação das universidades, foi criado também o Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), órgão que tinha como finalidade estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e criar canais mais democráticos para o recrutamento de recursos humanos para a administração pública, por meio de concursos de admissão visando à preparação de pessoal qualificado para as administrações pública e privada.

Também foi através da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública - Ebaop -, em 1952, com o apoio da ONU e da Unesco.

Todas estas escolas surgiram para atender, por meio da preparação de recursos humanos, as demandas oriundas do acelerado crescimento do Brasil, e tanto os cursos superiores de Administração, como o mercado de trabalho para os administradores, desde aquela época crescem cada vez mais em nosso país.

Com todas essas mudanças econômicas e educacionais, surge um novo acontecimento na história dessa profissão, e a qual estamos comemorando hoje: a regulamentação da profissão de administrador, que ocorreu na metade da década 60, por meio da Lei n. 4.769, de 9 de setembro de 1965." E esta é a data em que se comemora o Dia do Administrador. Entretanto, como o Conselho Regional de Administração tinha, neste dia, um grande evento reunindo os administradores do estado inteiro, os seus conselheiros, os seus delegados e os seus representantes, optamos por uma nova data para realizar esta sessão especial. Mas no mês de setembro estamos comemorando aqui também o Dia do Administrador e o Jubileu de Ouro.

(Continua lendo.)

"Através dessa regulamentação que ocorreu em 1965, procurou-se instituir organismos que controlassem o exercício da profissão, sendo criados os Conselhos Regionais de Administração - CRAs.

Num intervalo de 30 anos, o ensino de Administração alcançou uma dimensão significativa na sociedade brasileira, considerando que contava com dois cursos apenas até 1960 e em 2010 havia o registro de mais de 1.805 cursos superiores em Administração em todo o país.

Aqui em Santa Catarina temos mais de 300 cursos de Administração, sejam eles técnicos, de graduação e pós-graduação, oferecidos em mais de 60 instituições de ensino superior espalhadas em nosso estado." Dentre elas podemos citar as pioneiras em Santa Catarina: a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Udesc -, através da Escola Superior de Administração e Gerência, e que agora não tem mais apenas o curso de Administração Geral, mas também os de Administração Pública e de Economia vinculado também à Esag; a UFSC, com o seu curso de graduação em Administração e os seus cursos de pós-graduação; a Universidade do Vale do Itajaí. Eu cursava Direito na UFSC, e na época muitos amigos foram cursar a Esag, mas ela oferecia o curso somente à noite. Eu já era vereador em Florianópolis e as sessões da Câmara eram realizadas à noite. E para minha felicidade houve a criação do curso de Administração na Univali, em Biguaçu, e pude realizar um sonho de também fazer o curso de graduação em Administração.

Cito também a Unisul, a Furb, em Blumenau, a Cesusc, a Estácio de Sá, a Unochapecó, a Borges de Mendonça, e tantas outras tão importantes quanto as citadas, que oferecem cursos de Administração e são fiscalizadas pelo Conselho Regional de Administração para que ofereçam os cursos com qualidade, formando profissionais prontos para atuar no mercado de trabalho catarinense, tanto na área pública quanto na área privada."

Diante deste breve relato histórico da formação do administrador em nosso país - e me permiti trazer algumas anotações para evitar erros nessa história -, tenho o prazer enorme, como membro deste Parlamento e como um administrador que defende os interesses da profissão e da sociedade - e falo aqui administrador com muito orgulho -, de poder comemorar o Jubileu de Ouro junto com todos vocês e com o Conselho Regional de Administração, através do nosso presidente e de toda a sua diretoria. E permitam-me citar o nome de Ildemar Cassias Pereira, um amigo de muitos anos que sempre me cobra, pessoalmente, essa luta permanente pela defesa da profissão, como também o Arcênio Patrício, um ex-presidente. E tanto o Cassias quanto o Arcênio são nossos colegas de partido.

Obviamente, quando o representante do Conselho me procurou, destacou que no ano de comemoração de 50 anos havia uma série de atividades. E é claro que sabe que na Casa de todos os catarinenses, que é a Assembleia Legislativa, teríamos, talvez, um ambiente mais propício para a realização de uma sessão especial de reconhecimento público no estado de Santa Catarina e para a comemoração desses 50 anos.

É claro que nessa comemoração temos que tecer algumas reflexões sobre o reconhecimento da sociedade ao profissional de Administração, uma luta permanente do nosso Conselho. E todos nós temos que nos unir para essa nova realidade de gestão pública existente.

Na reforma administrativa implementada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ele já dizia que muitos cargos estratégicos precisariam ter uma valorização diferenciada, porque em algumas funções estratégicas, em comparação com a iniciativa privada, a remuneração era muito inferior, e o poder público perdia os profissionais qualificados para a iniciativa privada. Em outras, operacionais, a iniciativa privada tinha uma remuneração muito menor, em que permaneciam apenas aquelas atividades operacionais, e não que não sejam tão importantes quanto às técnicas.

Mas se percebeu com o tempo e algumas profissões foram valorizadas. Entretanto, para alguns gestores públicos isso não vem acontecendo na prática. Concursos públicos ofertam vagas para administradores com salários que, obviamente, não têm nenhuma atração. E mesmo não tendo nenhuma atração, não permitem que os melhores profissionais tenham interesse de poder se posicionar, realizar o concurso e ter a sua atividade profissional na gestão pública.

Esse quadro precisa ser reavaliado pela Administração, bem como funções estratégicas que precisam do conhecimento técnico do administrador, muitas vezes ocupadas por outros profissionais que não têm as habilidades específicas de quem cursou, durante quatro ou cinco anos, um curso de graduação, ou realizou o seu mestrado, a sua especialização ou o seu doutorado. E isso irá permitir que esse conhecimento acadêmico possa ser revertido para a prática da Administração Pública, melhorando o interesse da coletividade, que é o interesse também dos administradores.

Nesse sentido, quero agradecer ao deputado Mário Marcondes, que preside esta sessão. E apesar de ele não ser um administrador, é um colaborador da nossa profissão, também como advogado, sendo que sempre está presente nos eventos e sou testemunha da sua defesa para a profissão de administrador.

Gostaríamos de dizer que temos grandes profissionais que tiveram destaque na Administração Pública e em cargos eletivos. E obviamente que temos que nos unir - e esta própria Casa Legislativa tem diversos representantes - para que essas barreiras, que

precisam ainda ser vencidas, possam ainda ser vencidas numa batalha conjunta de todos nós.

Não queremos aqui fazer nenhuma crítica às profissões que buscaram a sua valorização. Ao contrário, queremos nos espelhar nelas e permitir que o administrador possa ter também o seu valor para que a Administração Pública e os administradores na iniciativa privada possam lutar para que a sociedade catarinense e o país tenham um desenvolvimento econômico e social cada vez maior.

Eu quero dizer que tenho quatro filhas. Alguns podem pensar que todo pai quer ter um filho homem, mas saibam que tenho muito orgulho de ter quatro filhas e que não me falta nada. Por sinal, o carinho delas pelos pais é sempre enorme. E a minha filha mais velha, aos 17 anos, estava na dúvida sobre o curso que iria escolher. Eu tentei não influenciá-la - e, por sinal, apenas a influenciava para evitar participar da vida política. E não que eu não goste da vida política, mas penso que ela poderia seguir outro caminho naquele momento. A minha filha, inicialmente, tentou o vestibular para Medicina, acabou iniciando o curso de Direito, depois começou Economia na Esag, e no decorrer deste ano foi aprovada no curso de Administração Geral na Esag. Desistiu de tentar outro curso e disse que a sua vocação é ser administradora. Obviamente que, para um pai administrador, isso traz muito orgulho da minha Beatriz Loureiro, a filha mais velha. Assim, espero que ela, quando concluir o curso e tiver o seu registro no CRA, possa avançar muito mais na nossa profissão.

Eu digo o seguinte: muitos têm o desejo de seguir uma carreira olhando apenas o lado profissional, mas um administrador de verdade faz isso por vocação, escolha e por sentir que é lá que ele se realiza.

Nós sabemos que, muitas vezes, quando um arquiteto vê a sua obra construída, realiza o seu sonho; que quando o médico realiza um procedimento cirúrgico e salva uma vida, ele também está realizando o seu sonho; que quando o advogado tem a conquista de uma causa, também está realizando o seu sonho. Mas o administrador, que pode permitir que uma sociedade seja mais justa, busque a igualdade e trabalhe pela liberdade; que pode fazer realmente com que essa sociedade permita que o interesse coletivo seja alcançado com uma administração mais eficaz, ocupada por um administrador; ou que uma empresa tenha sucesso profissional gerando mais empregos, trazendo mais tributos, ele o faz pela vocação e conhecimento de administrador. Todos nós nos realizamos com isso.

Quero dizer, sr. presidente do CRA, que esta comemoração é um momento de termos orgulho da profissão. Por isso, parabéns a todos os administradores e as administradoras do nosso estado e país! Parabéns à gestão do nosso Conselho Regional de Administração, que se dedica cada vez mais a essa causa de poder defender a profissão, mas também fiscalizar para que o profissional tenha uma atuação coerente, com postura ética, que é o que o nosso país mais precisa. Queremos fazer o estado de Santa Catarina diferenciado, com administradores qualificados que possam bem representar a nossa profissão.

Sei que me prolonguei demais, mas vim aqui dar um depoimento de alguém que convive com isso e teve a oportunidade de propor esta sessão com grande orgulho de representar vocês nesta Casa Legislativa. Contem com o deputado Gean Loureiro, contem com a Assembleia Legislativa, através dos seus 40 parlamentares. Neste Poder vocês têm representantes dignos que vão lutar e fiscalizar para que toda a sociedade tenha orgulho não apenas dos 50 anos da profissão de administrador, mas de toda a sua atividade profissional no dia a dia, buscando um Brasil cada vez melhor.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Muito obrigado, deputado Gean Loureiro, proponente desta sessão.

Neste momento, gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Fernando Braga, diretor adjunto parlamentar do Creci/SC, neste ato representando o senhor presidente do Creci/SC, Carlos Beims;

Senhor Wilson Floriani Júnior, assessor parlamentar, engenheiro mecânico, neste ato representando o presidente do Crea-SC, Carlos Alberto Kita Xavier.

Antes de passar a Presidência ao deputado Gean Loureiro, gostaria de dizer a cada um dos homenageados administradores algumas palavras.

(Passa a ler.)

“Celebrar o Jubileu de Ouro da profissão de administrador é relembrar os 50 anos de história, de luta e conquistas de tão importante categoria. E, principalmente, é reconhecer esses importantes profissionais que zelam e preocupam-se com o correto andamento de uma empresa, órgão, ou instituição. Enfim, que cumprem efetivamente o papel de administrar.

Por isso, é uma honra poder participar deste momento em que se homenageia os administradores do nosso estado como profissionais que engrandeceram o ofício durante os 50 anos em que a profissão foi regulamentada oficialmente.

Deixo aqui os meus sinceros votos de sucesso a vocês, administradores, pela garra e trabalho com que desempenham a profissão. Espero que esses 50 anos possam ser comemorados cada vez mais com reconhecimento e compromisso com a classe. Parabéns!”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento, gostaria de convidar o deputado Gean Loureiro para assumir a Presidência dos trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gean Loureiro) - Agradeço ao deputado Mário Marcondes. É com muito orgulho que presido, a partir desde momento, esta sessão especial em homenagem ao Jubileu de Ouro da profissão de administrador.

Convido a mestre-de-cerimônias, Nicolí Madeira, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicolí Madeira) - Senhora e senhores, boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo Catarinense, em sessão especial de comemoração ao Jubileu de Ouro da Profissão de Administrador, homenageia o Conselho Regional de Administração de Santa Catarina por sua importante atuação como órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de administrador e tecnólogo, promovendo a difusão da ciência da Administração e a valorização do administrador, em defesa da sociedade catarinense.

Convido os srs. deputados Gean Loureiro e Mário Marcondes para fazerem entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o administrador Evandro Fortunato Linhares, neste ato representando o Conselho Regional de Administração.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicito que o sr. Evandro Fortunato Linhares permaneça à frente para receber a próxima homenagem.

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo Catarinense presta uma homenagem às personalidades e entidades por seu importante trabalho no controle, análise e planejamento das atividades empresariais, atuando com responsabilidade e ética

profissionais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do país.

Convido para receber a homenagem o sr. Evandro Fortunato Linhares, atual presidente do CRA-SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Célio da Costa Struve, primeiro presidente do CRA-SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Antônio Niccolo Grillo, registro mais antigo de pessoa física no CRA-SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Evanir Dario, primeira e única mulher presidente do CRA-SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Glauco Olinger, administrador destaque na área pública.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Mércio Jacobsen, administrador destaque na área educacional.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ricardo Kuerten Dutra, neste ato representando a empresa Orcali Serviços de Limpeza Ltda.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento catarinense presta uma homenagem, com a entrega de certificados, a personalidades de destaque e entidades parceiras.

Convido para receber o certificado o sr. Adriano Carlos Ribeiro.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Altamiro Bittencourt, neste ato representado pelos srs. Atilano Junk Laffin e Maurício Fogaça.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Antônio Carlos de Souza.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Arcênio Patrício.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Darcy Laske, neste ato representado pela sra. Marlen Laske, juntamente com o prefeito de Joaçaba, Rafael Laske.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Dilmo Wanderley Berger.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Enio Gomes.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Everaldo José Tiscoski.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Ildemar Cassias Pereira.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. João Antônio Ferreira Leite.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o sr. Marco Antônio Harms Dias.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)
Convido para receber o certificado o sr. Nério Amboni.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)
Convido para receber o certificado o sr. Octavio Rene Lebarbenchon Neto.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)
Convido para receber o certificado o sr. Paulo Sérgio Ledra.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)
Convido para receber o certificado o sr. Roberto Rogério do Amaral.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)
Convido para receber o certificado o sr. presidente Carlos Alberto Kita Xavier, representando a Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina, neste ato representado pelo sr. Flavio Flores, vice-presidente da Ascop.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)
Agradeço aos srs. deputados Gean Loureiro e Mário Marcondes.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL, através do canal 61.3 para a Grande Florianópolis; pela *internet* no site da Assembleia Legislativa; e pela Rádio AleSC Digital para todo o estado.

Boa-noite!

(Palmas)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gean Loureiro) - Convido para fazer uso da palavra, em nome de todos aqueles que tivemos a honra de homenagear, de maneira singela, mas com grande importância para esta Casa, o primeiro presidente do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, administrador Célio da Costa Struve.

O SR. CÉLIO DA COSTA STRUVE - Boa-noite a todos!

Gostaria de saudar o deputado Mário Marcondes e o deputado Gean Loureiro, e em nome deles saudar todas as autoridades, os convidados e os homenageados presentes nesta noite.

(Passa a ler.)
"Iniciando as minhas palavras, em nome de todos os homenageados gostaria de agradecer e cumprimentar o deputado Gean Loureiro pela distinção; a atual diretoria do CRA-SC, os seus conselheiros e colaboradores, na pessoa do nosso presidente, administrador Evandro Fortunato Linhares; e a todos os companheiros que à época cerraram fileiras para que lográssemos com êxito a nossa conquista.

Toda comemoração acontece sempre após conquistas, fatos ou grandes feitos. Grandes conquistas ou grandes feitos, como o que estamos comemorando, apenas se justificam se forem preservados e prosperarem. E para nós está muito claro que a comemoração de hoje dá-se porque o nosso Conselho prosperou em seus números e em suas contribuições à classe e à sociedade.

Por isso, dividimos esta homenagem com todos os presidentes, conselheiros e colaboradores que fizeram, e fazem, a história do Conselho e da profissão de administrador em Santa Catarina.

Muito poderia ser dito sobre esses 50 anos de profissão e os mais de 30 anos de CRA-SC, mas os desafios para com o estado e o país, sem dúvida, são mais preocupantes, porque tanto no setor privado como no público a boa administração é a base para o desenvolvimento de instituições saudáveis e para uma economia forte, ética e socialmente justa. E é também preocupante, porque nos últimos tempos temos convivido com realidades trágicas no âmbito da administração pública neste país.

Práticas ilícitas, a má gestão do dinheiro e do patrimônio público e a baixa qualidade dos serviços prestados à sociedade

ecoam diariamente na mídia nacional e mostram o tamanho do desafio que todas as profissões e que toda a sociedade têm pela frente. É difícil para nós, administradores, aceitar que pessoas descomprometidas com a gestão dominem tantas e tão importantes instituições públicas e ajam de maneira tão perversa. Estão levando o nosso país a uma condição absoluta de falência de valores econômicos, éticos e morais.

Precisamos fazer com que os governos, em todos os seus poderes constituídos, existam para servir ao cidadão. Não há mais como a sociedade bancar o atual modelo de gastos, de corporativismo estatal e de corrupção. A falência da sociedade é a falência do estado. E ao que se vê, esta leitura ainda não foi feita por grande parte dos governos e grande parte da classe política. Tanto que estamos às vésperas de ver novos aumentos de gastos, redução de investimentos e da qualidade dos serviços públicos. E, pasmem, com novos aumentos de tributos. Realmente coisas absurdas e injustificáveis para um país que já conta com uma das maiores cargas tributárias do mundo e que menos investe em benefício da sociedade. A sociedade precisa agir com firmeza e para isso precisa da classe política, pois o nosso desafio é viver em um país viável e comprometido com o futuro.

Sei que hoje é um dia de comemoração, mas fico feliz de poder comemorar as nossas vitórias e dizer que precisamos estar vigilantes e dispostos a continuar lutando em favor da democracia e de seus valores fundamentais."

Muito Obrigado!

(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gean Loureiro) - Convidamos para fazer uso da palavra, em nome da instituição homenageada, o atual presidente do Crea/SC, administrador Evandro Fortunato Linhares.

O SR. EVANDRO FORTUNATO LINHARES - Cumprimento o deputado Gean Loureiro, proponente desta sessão especial; o deputado Mário Marcondes; e todas as autoridades que compõem a mesa.

Meus cumprimentos também aos administradores, aos homenageados desta noite, aos colaboradores, aos deputados desta Casa, aos familiares e a todos os presentes.

Peço vênua a todos, em especial aos componentes da mesa, pois dispensei a leitura do meu discurso para falar com o coração como administrador e com o orgulho de ser administrador.

No último dia 9 comemoramos o Dia do Administrador e o Jubileu de Ouro da regulamentação da nossa profissão. O deputado já comentou no seu discurso que relativamente é uma profissão nova em termos de regulamentação, mas a Administração, pelo ato administrativo, já existe há mais de 10 mil anos antes de Cristo. Muito já foi feito e o CRA/SC tem a sua história, que foi construída por pessoas que são: os conselheiros, os dirigentes e os colaboradores. Toda a organização tem a sua história, e ela precisa ser preservada.

Então, desde a gestão anterior do meu antecessor, o administrador Antônio Carlos, que vimos seguindo uma postura ética, transparente e profissional no Conselho Regional de Administração, como a nossa profissão realmente merece. Muito já foi feito, mas precisamos avançar mais.

O Conselho Federal de Administração está fazendo um trabalho em nível federal pela aprovação de uma lei que reconheça o ato do administrador. A regulamentação da nossa profissão já existe, mas precisamos dessa lei. E que ato seria este? Há vários atos inerentes à nossa profissão, mas vou citar apenas um. A abertura de uma empresa é assinada por um advogado. O que ele está atestando? Está atestando que o contrato social está dentro das

normas legais. Por que não há a assinatura de um administrador atestando que os sócios daquela empresa fizeram um plano de viabilidade e um plano de negócio? Pelos dados do Sebrae, num período de três anos, de dez empresas, sete fecham. Isto é custo, gestão.

Então, sinto-me muito honrado de fazer parte do time de conselheiros do CRA. Nesse time de conselheiros atuais existem dois ex-presidentes, o administrador Everaldo José Tiscoski e o meu antecessor Antônio Carlos de Souza. E esse time vem realmente se destacando graças ao tripé da administração, que tem como base o ensino que é dado através das instituições. E cumprimento os representantes das instituições de ensino aqui presentes: da Univali, da Borges de Mendonça, da Esag e da Udesc. São várias e, se eu tivesse que agradecer aos vários parceiros e amigos, ficaria a noite inteira agradecendo.

Mas, no tripé da administração, a base é o ensino. Então, o CRA vem buscando junto com as instituições a melhoria do ensino, fazendo com que as instituições de ensino percebam que não se trata apenas de teoria. Temos que trazer os estudantes de Administração para a prática. Hoje, infelizmente, há profissionais saindo de universidades que mal conseguem redigir um ofício. Então, defendo muito a prática. A teoria e o ensino de qualidade são importantes, sem dúvida nenhuma, mas a prática realmente vai atestar os ensinamentos que o estudante teve nos bancos universitários.

Outro item do tripé da Administração é a gestão pública. E o CRA/SC recebeu um destaque na última plenária do Conselho Federal por ser o mais atuante no apoio e na busca pela profissionalização do setor público. Temos vários projetos, e quero destacar aqui a atuação dos administradores políticos, sejam eles vereadores, deputados estaduais e federais ou até mesmo senadores. Existem dois senadores que são administradores: Paulo Bauer e Dário Berger.

Assim, no nosso estado temos alguns projetos de lei que já estão sendo discutidos - e os deputados Gean Loureiro, João Amin, Silvio Dreveck, Jean Kuhlmann e outros são registrados no CRA. O país vive esse caos puramente devido à gestão política, ética. Enfim, se o país tivesse realmente profissionais administradores ocupando os devidos cargos, não temos dúvida de que a situação seria outra. O CRA/SC vem buscando destacar os administradores em todas essas áreas.

O último item do tripé da Administração é a gestão privada. No setor privado, o administrador formado colocará em prática os seus ensinamentos.

Todo esse tripé foi fortalecido com a criação das Câmaras Setoriais e estamos tendo um resultado fantástico.

Ao longo deste ano, as comemorações irão até dezembro. O CRA/SC realizou fóruns regionais em todo o estado, e amanhã teremos um Fórum Regional Sul, em Criciúma, com quase dois mil inscritos. Dia 9, no Centro Sul, houve um fórum com mais de dois mil participantes durante todo o dia.

Em cada seccional temos percebido que o crescimento foi muito rápido. Isso temos dado satisfação e orgulho, porque é muito simples e fácil entender a importância e o papel do administrador. A gestão das organizações passa pela mão dos administradores. Então, é inadmissível termos, hoje, um secretário da Administração que não seja administrador. O CRA tem trabalhado nisso e destacado aqueles administradores que estão efetivamente ocupando esses cargos.

Poderíamos citar "n" ações que já começamos neste ano, mas uma grande ação instituída no nosso evento do dia 9 foi a criação do CRA Jovem. Estamos criando a Câmara do CRA Jovem trazendo os estudantes, através dos centros acadêmicos e das empresas juniores, para fazer um trabalho dentro do CRA, com o objetivo de formar novos líderes. Estive,

ontem, na sessão solene em Balneário Camboriú e surpreendi-me muito ao ver grandes líderes ocupando cargos estratégicos e políticos, inclusive.

Então, estamos trazendo esses jovens para, em conjunto, fazerem esse trabalho com o CRA.

A nossa bandeira é, sem dúvida nenhuma, a valorização profissional, mas para darmos visibilidade ao nosso Conselho temos que trabalhar primeiro internamente, na nossa própria casa, conscientizando o próprio administrador da importância da nossa profissão. Precisamos estar mais unidos e erguer essa bandeira juntos.

Particularmente, trabalho desde os 14 anos e tenho orgulho de exercer a profissão de administrador e contribuir, de certa forma, para a sua valorização. Este ano é ímpar, pois é comemorado o cinquentenário da profissão. Isso me deixa feliz, emocionado, valorizando cada vez mais o nosso time porque sozinhos não fazemos nada. Peter Drucker, pai da administração, dizia que não é o eu, mas somos nós que fazemos a diferença. Como num time de futebol, precisa haver um técnico, e o time só vai avançar se o técnico souber conduzi-lo.

De forma especial, quero informar a todos que após muitos anos estamos em vias finais para a aprovação do Regimento Interno do CRA, já com a ampliação das sete seccionais, criando as representações

municipais. Há quase 20 anos não era alterado e está em vias finais para a aprovação do Conselho Federal.

Refiro-me a isso porque aquela valorização que buscamos internamente, na data de hoje, na nossa plenária, aprovamos o novo Plano de Cargos e Salários da nossa equipe de colaboradores, dando-lhes a perspectiva aonde podem chegar.

Poderia ficar aqui a noite inteira falando sobre uma série de situações, mas me despeço agradecendo, do fundo do coração, em especial ao deputado Gean Loureiro, por ter encampado a nossa causa, e aos deputados administradores políticos desta Casa, que são vários, por abrirem essa oportunidade. Todos, sem exceção, são importantes nesse processo da busca da valorização da nossa profissão.

Fica, desde já, o convite a todos, independente de questão partidária, pois não sou filiado a nenhum partido. O que buscamos são parceiros que colaborem para a valorização da profissão. Um país bem administrado é melhor para todos nós. Administração é para administradores. Um beijo no coração de cada um. Boa noite!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gean Loureiro) - Quero parabenizar o presidente do Conselho pela sua manifestação, bem como o

ex-presidente Célio da Costa Struve. Agradeço a todos que prestigiaram esta sessão. Para nós, foi uma honra a presença de vocês!

Esta Casa tem muitos eventos simultâneos, e o deputado Rodrigo Minotto, que também é um administrador, justificou que iria chegar posteriormente. Agora ele nos prestigia e solicito uma salva de palmas ao deputado.

(Palmas)

Saúdo também o sr. Douglas Mello, superintendente da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina. Obrigado pela sua presença.

Esta Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Agradecemos aos servidores da Assembleia, à equipe do Cerimonial e ao coral.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 637, de 15 de outubro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI,

matrícula nº 6296, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - 3º Secretária

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas do dia seis de outubro do ano de dois mil e quinze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: João Amin; José Nei A. Ascari; Luciane Carminatti; Fernando Coruja, substituindo Valdir Cobalchini e Silvio Dreveck. Os Deputados Marcos Vieira; Ricardo Guidi e Narcizo Parisotto justificaram sua ausência. O Presidente colocou em votação a ata da 27ª Reunião Ordinária, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou a Medida Provisória nº 0204/2015 de autoria do Governador do Estado, que autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015 e estabelece outras providências, exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0417.0/2015 de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóveis no município de São Bonifácio (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente), exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0273.2/2015 de autoria do

Deputado Patrício Destro, que altera a Lei nº 13.324 de 2005, que dispõe sobre afixação nas recepções dos hospitais privados e da rede pública do Estado, da cartilha dos direitos do paciente e adota outras providências, exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei nº 0128.5/2013 de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que assegura aos usuários dos estabelecimentos de saúde informação sobre os profissionais escalados para prestação de serviço, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0181.0/2014 de autoria da Comissão de Saúde, que institui a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC/SC) no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer pela rejeição, sugerindo a Comissão de Saúde encaminhar a matéria ao Governador do Estado, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à deputada Luciane Carminatti. O Presidente agradeceu a presença do Prefeito em exercício de Cunha Porã o Senhor Douglas Gollmann e os senhores Wilson Schmitt e Wilson Kmpfer. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0090.8/2015 de autoria do Deputado Patrício Destro, que estabelece critérios para a realização de concurso público, regionalizado para ingresso em cargos para a complementação de efetivo nas Secretarias ligadas a Segurança no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0120.8/2015 de autoria do Deputado Leonel Pavan, que dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas com "Diabetes Mellitus" no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0091.9/2013 de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a obrigatoriedade das Delegacias Especializadas em Atendimento e Proteção à Mulher do Estado de Santa Catarina, por meio de relatório anual, informar o número de

boletins de ocorrência lavrados, denúncias apresentadas e prisões efetuadas na sua respectiva região, para fins de divulgação, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, devolução voto vista ao Projeto de Lei nº 0145.6/2013 de autoria do deputado Antonio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação, por parte dos hospitais, clínicas, postos de saúde, bem como todas as entidades públicas, que integram a rede pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez e consumo de drogas por criança ou adolescente, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao deputado José Nei A. Ascari; devolução voto vista a Proposta de Emenda à Constituição nº 0003.1/2015, de autoria do Deputado Mauro de Nadal e outros, que acrescenta parágrafo único ao art. 162 da Constituição do Estado, exarou parecer pela realização de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; devolução voto vista ao Projeto de Lei nº 0332.7/2015 de autoria do Deputado Patrício Destro, que reconhece o município de Antônio Carlos, como Capital Catarinense das Hortaliças e dos Hortifrutigranjeiros, exarou parecer favorável com Emenda Supressiva, concordando com o parecer do relator o deputado Ricardo Guidi, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o Projeto de Lei nº 0388.1/2015 de autoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que dispõe sobre a criação de serventias extrajudiciais na comarca de Chapecó e adota outras providências, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0430.8/2015 de autoria do Deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar de Itajaí, exarou parecer pela realização de diligência para a entidade autora, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado João Amin** relatou o Projeto de Lei nº 0218.6/2015 de autoria do Deputado Patrício Destro, que estabelece critérios para ocupação e acesso em cargos para áreas técnicas específicas e adota outras providências, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0247.0/2015 de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que dispõe sobre segurança bancária e adota outras providências, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0284.5/2015 de autoria do deputado Cesar Valduga, que dispõe sobre a inserção de ícone da página do PROCON-SC pelos sítios eletrônicos nos casos que indica, exarou parecer favorável com Emenda Supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Fernando Coruja** relatou o Projeto de Lei nº 0159.1/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro, que denomina Governador Luiz Henrique da Silveira o Centro de Convenções de Canasvieiras no município de Florianópolis, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0411.5/2015 de autoria do Deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento Social e Aperfeiçoamento do Cidadão (PRÓ MOVER) de Rio do Sul, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0420.6/2015 de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação da Escola de Ensino Médio Vereador Oscar Manoel da Conceição no município de Florianópolis, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0400.2/2015 de autoria do Deputado Gean Loureiro, que denomina Bento de Paula Henrique, o Elevado da Rodovia Estadual SC-403 no município de Florianópolis, exarou parecer pela realização de diligência ao proponente, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou a Mensagem de Veto nº 1080/2013 de autoria do Governador do Estado, que Veta total o PL.0302.1/11, de autoria do Deputado Darci de Matos, que altera a Lei nº 13.993 de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas, retificando as divisas entre os municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Timbó Grande, exarou parecer pela admissibilidade e discussão e plenário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2015.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às onze horas, do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os deputados membros da Comissão: Gean Loureiro, Luciane Maria Carminatti e Cleiton Salvaro. Deputado Serafim Venzon foi representado pelo Deputado Dr. Vicente Caropreso. Dando início aos trabalhos, o

Presidente da Comissão submeteu à votação a ata de reunião do dia dois de setembro de dois mil e quinze. Dando continuidade aos trabalhos, por unanimidade o **PL./0539.9/2013** que dispõe sobre a implantação do Selo Entidade Especial, conferido às entidades de atendimento às pessoas com deficiência no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, após o voto ser relatado pelo Dep. Vicente Caropreso, que apresentou o parecer pela rejeição, a autora Deputada Luciane Carminatti pediu vistas. Mantendo a ordem o Dep. Cleiton Salvaro ressaltou o trabalho realizado pela Comissão. Com a palavra a Dep. Luciane Carminatti comunicou que o Tribunal de Contas do Estado assinou ontem e publicou hoje liminar que anula cláusula abusiva no edital da Secretaria de Educação, que proibia os professores ACTs de concorrerem às vagas temporárias na educação especial e também no ensino regular. A segunda questão foi o requerimento aprovado na Comissão, que solicita a vinda da Presidente Rosenenri Bartuchski, para dar esclarecimentos pedagógicos, financeiros e estruturais, com a gestão da FCEE. Foi aprovado por todos os membros por unanimidade. Com a palavra o Dep. Gean Loureiro pediu que a Presidente da FCEE venha com dados e relatório do andamento das obras e seguida relatou o **PL./0141.2/2015** que dispõe sobre a adequação de condições especiais para realização de provas de concursos públicos às pessoas com deficiência visual nas situações que menciona, sendo aprovado o parecer favorável, por unanimidade. Em seguida foi submetido à votação os pareceres de aprovação para manutenção do título de utilidade pública, referente ao exercício de 2014: Of./ **Of.0553/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Gravatal, **Of.0447/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Sombrio, **Of.0124/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Cecília, **Of.0636/2015** - Associação dos Portadores da Síndrome de Down - Amigos Down, de São José, **Of.0569/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Apiúna, **Of.0316/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Papanduva, **Of.0339/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Laguna, **Of.0575/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Urubici, **Of.0573/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Treze de Maio, **Of.0488/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Maracajá, **Of.0072/2015** - Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF, **Of.0306/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Caçador, **Of.0299/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Penha, **Of.0211/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Trombudo Central, **Of.0023/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Caibi, **Of.0385/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Abdon Batista, **Of.0389/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Passos Maia, **Of.0187/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Navegantes, **Of.0221/2015** - Cooperativa Social de Pais e Amigos dos Excepcionais - COEPAD, **Of.0206/2015** - Associação de Atividades Psicofísicas Patrick, de Chapecó, **Of.0242/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Jaraguá do Sul, **Of.0223/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de São Joaquim, **Of.0443/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Celso Ramos, **Of.0478/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Fariburgo, **Of.0451/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Videira, **Of.0548/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Entre Rios, **Of.0511/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Porto Belo, **Of.0388/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais de Xanxerê - APADAVIX, **Of.0341/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Itajaí, **Of.0571/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de José Boiteux, **Of.0477/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Catanduvas, **Of.0541/2015** - Associação Camponoense de Apoio a Deficiência Auditivos e Visuais, **Of.0653/2015** - Associação dos Pais e Amigos dos Surdos - APAS de Lages, **Of.0410/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Paulo Lopes, **Of.0357/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Nova Trento, **Of.0151/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Jabora, **Of.0279/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Leblon Regis, **Of.0500/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de São Martinho, **Of.0444/2015** - Federação das Apeas de Santa Catarina - FEAPAES-SC, **Of.0572/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Lindóia do Sul, **Of.0647/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Ipira, **Of.0542/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Mafra,

Of./0655/2015 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de São José do Cedro, **Of./0183/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Descanso, **Of./0534/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Salto Veloso, **Of./0012/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Palmitos, **Of./0667/2015** - Associação dos Pais e Amigos dos Autistas - AMA de Jaraguá do Sul, **Of./0549/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Jaguaruna, **Of./0480/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Rio Negrinho, **Of./0570/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Guaramirim, **Of./0471/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Presidente Getúlio, **Of./0226/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Anchieta, **Of./0538/2015** - Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Chapecó, **Of./0670/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de São José do Cerrito, **Of./0661/2015** - Associação de Deficientes Visuais de Itajaí e Região - ADVIR, em Itajaí, **Of./0506/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Araranguá, **Of./0340/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Pomerode, **Of./556/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Garopaba, **Of./0146/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Imaruá, **Of./0564/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Tubarão, **Of./0281/2015** - Associação Mafernse dos Deficientes Visuais - AMADEV, **Of./0551/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Taió, **Of./0350/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Capivari de Baixo, **Of./0544/2015** - Associação dos Pais e Amigos dos Autistas - AMA, de Balneário Camboriú, **Of./0453/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Balneário Camboriú, **Of./0220/2015** - Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, **Of./0421/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Irani, **Of./345/2015** - ABUDEF, Associação Blumenauense de Deficientes Físicos, **Of./0642/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Rosa do Sul, **Of./0344/2015** - Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos, de Blumenau. Foi aprovado o pedido de diligência para o ofício de prestação de contas do exercício de dois mil e treze e dois mil e quatorze, para a seguinte instituição: **Of./0518.0/2014** - APAE de Bom Jardim da Serra, **Of./0543.1/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Piçarras, **Of./0562.4/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Palhoça, **Of./0575.9/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Bela Vista do Toldo, **Of./0576.0/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Faxinal dos Guedes, **Of./0600.4/2015** - Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinson de São Bento do Sul, **Of./0617.2/2015** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Sangão, **Of./0635.4/2015** - Associação Amor para Down, de Balneário Camboriú. Aprovado por unanimidade a realização do encontro dos Cuidadores terapêuticos, a ser realizado no dia 03.11 na ALESC em parceria com o Instituto Guga Kuerten. Em seguida o Enunciado nº 001/2015 nº 001/2015 que delibera que as "proposições legislativas que tratem de assuntos atinentes às pessoas com às pessoas com deficiência, em trâmite no âmbito da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, terão", que foi aprovado por unanimidade. Em seguida a assessora Janice Krasniak fez uso da palavra e relatou sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e em seguida deu a sugestão de ser elaborado o Estatuto Catarinense de Pessoa com Deficiência juntamente com um grupo de técnicos das áreas afins, sendo aprovado por unanimidade os encaminhamentos. Com a palavra o Dep. José Nei Ascari, fez referência ao trabalho desenvolvido pela Comissão e ressaltou a atuação da Técnica Administrativa Liana Cristina Hones em relação a defesa do preconceito contra o Nanismo em Brasília. Após foi realizado um breve relato das ações da Comissão no quesito Capacitação e divulgação de políticas públicas que teve somente em 2015 um público de 15.700 pessoas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasniak, Assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala de Imprensa, quatorze de outubro de dois mil e quinze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - 2ª REPUBLICAÇÃO

OBJETO: TROCA DE REVESTIMENTO ACÚSTICO DA RÁDIO E DA TVAL DA ALESC.

DATA: 03/11/2015 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de novembro de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 14 de outubro de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2492/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 028/2015, obteve o seguinte resultado:

OBJETO:: Aquisição de 10 (dez) licenças de atualização de software de Backup IBM para versão 7.1.1, com suporte de 03 (três) anos, e aquisição de 02 (dois) drives de fita LTO6. Conforme solicitação da Diretoria de Tecnologia e Informações da ALESC.

Lote Único -

Vencedora: AÇÃO INFORMÁTICA LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 300.000,00

Florianópolis, 15 de outubro de 2015

BERNADETTE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 180/2015

REFERENTE: 09º Termo Aditivo de 1º/09/2015, referente ao Contrato CL nº 080/2011-00, celebrado em 05/09/2011, com efeitos a contar de 01/08/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: TPS Multimídia Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Remanejar, a pedido da Diretoria de Comunicação Social e a devida aprovação de nossa Procuradoria Jurídica, os valores do programa "Retratos Catarinenses" para o programa "Fala Jovem", fazendo com que os quantitativos e valores retornem aos números constantes no contrato original, de sorte a permitir a continuação dos compromissos assumidos pela área de comunicação social e reequilibrar as produções previstas para o ano de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58 I da Lei nº 8.666/93; Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015; Cláusula Terceira, item 3.2.3 do Contrato original e; Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 14 de outubro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Thamy Soligo- Diretora de Comunicação Social

Fernando Pereira Oliveira- Sócio

Joyce L. A. P. Oliveira- Sócia

*** X X X ***

EXTRATO 181/2015

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 007/2015 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2015.

OBJETO: Aquisição de material de expediente e de informática.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de outubro de 2015).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, nos Atos da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nº 94 de 09/02/2015 e nº 128 de 27/02/2015; e, subsidiariamente, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/01/13 e nº 8.250 de 23/5/14, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16 de 16/09/2015.

LOTE 3				Valor (R\$)		
Item	Qtd	Unid.	Produtos	Marca	Unitário	Subtotal
85	50	Unid.	Fita tipo DVCAM PDVM-32N (original) alta qualidade para gravações diárias em HDV	Sony	121,52	6.076,00
86	200	Unid.	Fita tipo DVCAM PDV-184N (original) alta qualidade para gravações diárias em HDV	Sony	191,62	38.324,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3						44.400,00

LOTE 4				Valor (R\$)		
Item	Qtd	Unid.	Produtos	Marca	Unitário	Subtotal
87	30	Rolo	Corda trançada de polipropileno com 2 mm de diâmetro aproximadamente 2000mts, camada dupla de proteção reforçado na cor branca.	Socordas	0,80	24,00
88	100	Caixa	Refil para embalador de guarda-chuva 1000 unid. - dimensões 13 cm (l) x 74 cm (a)	Plastik	203,76	20.376,00
VALOR TOTAL DO LOTE 4						20.400,00

LOTE 5				Valor (R\$)		
Item	Qtd	Unid.	Produtos	Marca	Unitário	Subtotal
89	200	Unid.	Pen Drive com: 8.0 GB, USB 2.0 flash drive, taxa de leitura de até 6 MB/s e taxa de gravação de até 3 MB/s, conector USB protegido.	Sandisk	25,00	5.000,00
90	100	Unid.	Pen Drive com: 16 GB, USB 2.0 flash drive, taxa de leitura de até 6 MB/s e taxa de gravação de até 3 MB/s, conector USB protegido.	Sandisk	35,00	3.500,00
91	100	Unid.	Pen Drive com: 32 GB, USB 2.0 flash drive. taxa de leitura de até 6 MB/s e taxa de gravação de até 3 MB/s, conector USB protegido.	Sandisk	49,90	4.990,00
92	100	Unid.	Pen Drive com: 64 GB, USB 2.0 flash drive, taxa de leitura de até 6 MB/s e taxa de gravação de até 3 MB/s, conector USB protegido.	Sandisk	70,00	7.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 5						20.490,00

LOTE 9				Valor (R\$)		
Item	Qtd	Unid.	Produtos	Marca	Unitário	Subtotal
115	20000	Unid.	CD-R gravável com capacidade de armazenamento 700 MB/80 minutos, compatível com todos os aparelhos de reprodução e gravação de dados com capa individual em acrílico	Multilaser	1,60	32.000,00
116	3000	Unid.	CD-RW regravável com capacidade de armazenamento 700 MB/80 minutos, face não gravável fosca, com capa individual em acrílico	Verbatim	0,76	2.280,00
117	15000	Unid.	DVD-R gravável com capacidade de armazenamento 8x, 4,7 GB, 120 minutos, com capa individual em acrílico	Multilaser	1,38	20.700,00
118	2000	Unid.	DVD-RW regravável com capacidade de armazenamento 4x, 4,7 GB, 120 minutos, com capa individual em acrílico	Verbatim	0,76	1.520,00
VALOR TOTAL DO LOTE 9						56.500,00

1ª REGISTRADA: Licitamix Materiais de Escritório Ltda.
 Endereço: Rua Marfim, nº 261, Centro, Palhoça, SC, CEP: 88.131-520
 Fone/fax (48) 3242-9479
 e-mail: fabiano.licitamix@hotmail.com
 CNPJ/MF nº 12.903.455/0001-04
 Florianópolis, 14 de outubro de 2015
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo
 Fabiano de Moraes Cardoso- Sócio
 *** X X X ***

EXTRATO 182/2015

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 011/2015 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2015.
 OBJETO: Aquisição de material de expediente.
 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (01 de outubro de 2015).
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, nos Atos da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nº 94 de 09/02/2015 e nº 128 de 27/02/2015; e, subsidiariamente, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/01/13 e nº 8.250 de 23/5/14, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16 de 16/09/2015.

LOTE 11				Valor (R\$)		
Item	Qtde.	Unid.	Produtos	Marca	Unitário	Subtotal
125	500000	Folha	Folhas de papel offset cor branca 120 g/m² formato A4	chambрил	0,05	25.000,00
126	300000	folha	Folhas de papel offset cor branca 120 g/m² formato A3	chambрил	0,08	24.000,00
127	400000	folha	Folhas de papel offset cor branca 180 g/m² formato A4	chambрил	0,07	28.000,00
128	200000	folha	Folhas de papel offset, cor branca, 180 g/m², formato A3	chambрил	0,13	26.000,00
129	50000	folha	Papel couchê branco fosco, 180 g/m², formato A4 210 x 297 mm.	nevia	0,07	3.500,00
130	2	Pacote	Papel autocopiativo, cor branca, 56 g/m², CFB, formato 66 x 96 com 500 folhas.	clean copy	186,86	373,72
131	2	Pacote	Papel autocopiativo, cor azul, 56 g/m², CFB, formato 66 x 96 com 500 folhas.	clean copy	186,86	373,72
132	2	Pacote	Papel autocopiativo, cor rosa, 56 g/m², CFB, formato 66 x 96 com 500 folhas.	clean copy	186,86	373,72
133	20	Pacote	Papel jornal, pardo, 50 g/m², formato 66 x 96 com 500 fls.	white birch	61,73	1.234,60
134	2	Pacote	Papel capa AG, 90 g/m² 66 X 96 com 200 folhas amarelo	novatel	40,04	80,08
135	2	Pacote	Papel capa AG, 90 g/m² 66 X 96 com 200 folhas vermelho	novatel	40,04	80,08
136	2	Pacote	Papel capa AG, 90 g/m² 66 X 96 com 200 folhas verde	novatel	40,04	80,08
137	2	Pacote	Papel capa AG, 90 g/m² 66 X 96 com 200 folhas azul	novatel	40,04	80,08
138	2	Pacote	Papel capa AG, 90 g/m² 66 X 96 com 200 folhas rosa	novatel	40,04	80,08

139	10	Pacote	Papel monolítico formato 66 x 96 75 g/m ² branco com 500 fls.	chambril	91,76	917,60
140	50	Pacote	Papel offset bege, 180 g/m ² , formato 50 x 66, pacote com 100 folhas.	multiverde	33,39	1.669,50
141	50	Pacote	Papel offset azul, 180 g/m ² , formato 50 x 66, pacote com 100 folhas.	multiverde	33,39	1.669,50
142	50	Pacote	Papel offset branco, 180 g/m ² , formato 50 x 66, pacote com 100 folhas.	chambril	33,39	1.669,50
143	50	Pacote	Papel offset amarelo, 180 g/m ² , formato 50 x 66, pacote com 100 folhas.	multiverde	33,39	1.669,50
144	50	Pacote	Papel offset palha, 180 g/m ² , formato 50 x 66 pacote com 100 fls.	multiverde	33,39	1.669,50
145	50	Pacote	Papel offset verde, 180 g/m ² , formato 50 x 66, pacote com 100 folhas.	multiverde	33,39	1.668,50
146	2	Caixa	Papel offset azul, 75 g/m ² , formato A4, 210 x 297 mm, caixa com 10 resmas.	multiverde	104,28	208,56
147	2	Caixa	Papel offset amarelo, 75 g/m ² , formato A4, 210 x 297 mm, caixa com 10 resmas.	bignardi	104,28	208,56
148	2	Caixa	Papel offset rosa, 75 g/m ² , formato A4, 210 x 297 mm, caixa com 10 resmas.	bignardi	104,28	208,56
149	2	Caixa	Papel offset verde, 75 g/m ² , formato A4, 210 x 297 mm, caixa com 10 resmas.	chamex	104,28	208,56
150	2000	Caixa	Papel A4 75 g/m ² 210 x 297 mm (com variação de 4% para mais ou para menos, de acordo com a norma da ABNT/ISO 536), branco, alta alvura mínima de 97% (ISO 2470), opacidade: mínima de 90% (ISO 2471), espessura: mínima 97 micras de acordo com a ISO 534, para uso em máquina impressora laser e a jato de tinta, embalado em resma com 500 folhas de papel resistente, com identificação do papel na resma, acondicionados em caixa com 10 resmas. Marcas de referência: Chamex, Report, Copimax, One ou equivalente)	chamex	87,70	175.400,00
151	800	Caixa	Papel A3 75 g/m ² 297 x 420 mm com 500 fls cor branco, caixa com 05 resmas.	chamex	91,83	73.464,00
152	200	Caixa	Papel reciclado A4, 75 g/m ² , caixa com 5 resmas.	chamex	50,06	10.012,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11						379.900,00

LOTE 12				Valor (R\$)		
Item	Qty	Unid.	Produtos	Marca	Unitário	Subtotal
153	2	Pacote	Papel color plus nice (azul cobalto), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
154	4	Pacote	Papel color plus tahiti (verde claro), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	907,68
155	2	Pacote	Papel color plus grecia (azul celeste), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
156	2	Pacote	Papel color plus madri (pessêgo), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
157	2	Pacote	Papel color plus cartagena (laranja) 180 gm2, formato 66x96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
158	2	Pacote	Papel color plus fidgi (rosa), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
159	2	Pacote	Papel color plus pequim (vermelho), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
160	4	Pacote	Papel color plus buenos aires (verde amazonas), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,93	907,72
161	2	Pacote	Papel color plus marfim (bege kenya), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,92	453,84
162	2	Pacote	Papel color plus milano (cinza), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,93	453,86
163	2	Pacote	Papel color plus rio de janeiro (amarelo), 180 g/m ² , formato 66 x 96 cm, pacote com 125 fls.	arjo wiggins	226,93	453,86
VALOR TOTAL DO LOTE 12						5.900,00

1ª REGISTRADA: Dicapel Papéis e Embalagens Ltda.

Endereço: Rua Dois de Setembro, nº 305, Itoupava Norte, Blumenau, SC, CEP: 89052-000

Fone/fax (47) 3331-5656

e-mail: licitacao@dicapel.com.br

CNPJ/MF nº 83.413.591/0003-18

Florianópolis, 14 de outubro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Edson Fernando Mazzuco- Representante

*** X X X ***

EXTRATO 183/2015

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 004/2015 oriunda do Pregão Presencial CL nº 015/2015.

OBJETO: Contratação dessa empresa para o fornecimento de chaves, modelagens, cadeados e troca de segredos, dentre outros serviços afins, por demanda e através do Sistema de Registro de Preços.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (16 de setembro de 2015).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nos Atos da Mesa nºs 94 e 128 de 09/02/2015 e 27/02/2015, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 015 de 1º/09/2015.

LOTE UNICO			Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde.	Descrição e Especificação		Unitário	Subtotal
1	250	Cópia de chave para porta (gabinetes, salas, banheiros).	Jas	R\$ 7,00	R\$ 1.750,00
2	150	Cópia de chave para porta e gaveta de armário.	Jas	R\$ 7,00	R\$ 1.050,00
3	150	Cópia de chave para caixa de correspondência.	Jas	R\$ 7,00	R\$ 1.050,00
4	150	Cópia de chave para gaveteiro.	Jas	R\$ 7,00	R\$ 1.050,00
5	20	Cópia de chave para gaveta de mesa.	Jas	R\$ 7,00	R\$ 140,00
6	20	Cópia de chave para cadeado.	Jas	R\$ 7,00	R\$ 140,00
7	20	Cópia de chave tetra.	Jas	R\$ 15,00	R\$ 300,00
8	10	Cópia de chave Gorge.	Jas	R\$ 15,00	R\$ 150,00
9	30	Abertura de fechadura de porta (Gabinetes, salas, banheiros).	Jas	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
10	15	Abertura de fechadura para porta e gaveta de armário.	Jas	R\$ 44,00	R\$ 660,00
11	15	Abertura de fechadura de caixa de correspondência.	Jas	R\$ 44,00	R\$ 660,00

12	15	Abertura de fechadura de gaveteiro.	Jas	R\$ 44,00	R\$ 660,00
13	15	Abertura de fechadura de gaveta de mesa.	Jas	R\$ 44,00	R\$ 660,00
14	10	Abertura de cadeado.	Jas	R\$ 44,00	R\$ 440,00
15	150	Modelagem de chave para porta (gabinetes, salas, banheiros).	Jas	R\$ 39,00	R\$ 5.850,00
16	50	Modelagem de chave para porta e gaveta de armário.	Jas	R\$ 39,00	R\$ 1.950,00
17	50	Modelagem de chave para caixa de correspondência.	Jas	R\$ 39,00	R\$ 1.950,00
18	50	Modelagem de chave para gaveteiro.	Jas	R\$ 39,00	R\$ 1.950,00
19	50	Modelagem de chave para gaveta de mesa.	Jas	R\$ 39,00	R\$ 1.950,00
20	30	Modelagem de chave para cadeado	Jas	R\$ 39,00	R\$ 1.950,00
21	50	Troca de segredos para porta (gabinetes, salas, banheiros)	Jas	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
22	20	Troca de segredos para porta e gaveta de armário.	Jas	R\$ 49,00	R\$ 980,00
23	20	Troca de segredos para caixa de correspondência.	Jas	R\$ 49,00	R\$ 980,00
24	20	Troca de segredos para gaveteiro.	Jas	R\$ 49,00	R\$ 980,00
25	20	Troca de segredos para gaveta de mesa.	Jas	R\$ 49,00	R\$ 980,00
26	10	Troca de segredos para cadeado.	Jas	R\$ 49,00	R\$ 490,00
27	20	Aquisição de cadeado 44 mm com duas chaves.	Stam	R\$ 38,00	R\$ 760,00
28	20	Aquisição de cadeado 60 mm com duas chaves.	Stam	R\$ 59,00	R\$ 1.180,00
Total do Lote Único					R\$ 34.430,00

1ª REGISTRADA: Thaline Huyer da Roza Me
Endereço: Avenida Rio Branco, nº 251, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88015-200

Fone/fax (48) 3222-2164

e-mail: thaline.huyer@gmail.com

CNPJ/MF nº 18.995.383/0001-40

Florianópolis, 14 de outubro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Thaline Huyer da Rosa- Sócia

*** X X X ***

EXTRATO Nº 184/2015

REFERENTE: 05º Termo Aditivo de 27/08/2015, referente ao Contrato CL nº 014/2012-00, celebrado em 30/04/2012, com efeitos a contar de 01/05/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Dilma Born Machado

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Com base na reivindicação da Contratada, o reajuste de 3,54422% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas – IGPM/FGV apurado no período de maio/2014 a abril/2015, passando o valor mensal do contrato de R\$ 11.296,93 para R\$ 11.697,32, representando um aumento mensal de R\$ 400,39.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" e § 8º, da Lei nº 8.666/93; Item 3.7, Cláusula Terceira, do contrato original e; Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 15 de outubro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Deputado Romildo Titon- Presidente da Escola do Legislativa

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 710/15

Ofício nº 0001/2015 Florianópolis, 07 de outubro de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Assistência Social e Religiosa Pia União de Santo Antônio, de Canoinhas, referente ao exercício de 2014.

Arlete Maria Voigt
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/10/15

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2580, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2474, de 1º de outubro de 2015, que nomeou a servidora MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI, matrícula nº 6296.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2581, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001

e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUIZ FERNANDO TONIAL, matrícula nº 7799, de PL/GAB-56 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2582, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ROGER LOPES DE CAMARGO, matrícula nº 7784, de PL/GAB-82 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2583, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FABIAN FAVERO VARELA, matrícula nº 7787, de PL/GAB-67 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2584, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MARIA CECILIA SENS BURG, matrícula nº

3505, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2585, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CAMILA DE PONTE**, matrícula nº 8066, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2015 (Gab Dep Cleiton Salvaro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2586, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELIAS PRYCIUK KUSTER**, matrícula nº 9175, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2015 (Gab Dep Natalino Lazare).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2587, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RICARDO SOARES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 7965, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2015 (Gab Dep Rodrigo Minotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2588, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR RICARDO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 7965, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-46, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 14 de Outubro de 2015 (Liderança do PDT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2589, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ CARLOS NEVES**, matrícula nº 7906, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-46, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de Outubro de 2015 (Liderança do PDT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2590, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LUIZ CARLOS NEVES, matrícula nº 7906,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 14 de Outubro de 2015 (Gab Dep Rodrigo Minotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2591, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **FABIANA PREVEDELLO**, matrícula nº 4972, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência técnica de direção, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ELIANE REGINA CORREA DE MATTOS, que se encontra em licença para tratamento de saúde e em licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 14 de setembro de 2015 (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2592, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **GRAZIELA MELLER MILANEZE**, matrícula nº 6866, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Suporte Técnico, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, FABIANA PREVEDELLO, que se encontra substituindo a Assistente de Direção por sessenta dias, a contar de 14 de setembro de 2015 (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2593, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 4112/2015,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE, matrícula nº 4176, fazendo constar como sendo **JULIA DA SILVA MILIS**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório 1º Subdistrito de Florianópolis/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2594, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da ex-servidora **INES MARIA BUNN RODRIGUES**, matrícula nº 3304, nomeada pela Resolução nº 471, de 11/3/1999, fazendo constar como sendo **INEZ MARIA BUNN RODRIGUES**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2595, de 15 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CHARLES CANCELLIER BRATTI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Urussanga).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0448.7/2015

Institui o Projeto Escola Amiga dos Animais, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Projeto Escola Amiga dos Animais, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Projeto Escola Amiga dos Animais tem como objetivo articular parcerias entre órgãos e entidades, públicas e privadas, e as escolas da rede estadual de ensino no Estado de Santa Catarina, visando ao bem-estar dos animais domésticos, por meio da abordagem do assunto nos conteúdos dos temas transversais, especialmente quanto à:

I - adoção consciente; e

II - guarda responsável.

Parágrafo único. A abordagem do assunto nos conteúdos dos temas transversais será desenvolvida em atividades extraclasse.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Lido no Expediente

Sessão de 14/10/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei que institui o Projeto Escola Amiga dos Animais vem do ideal de diversas educadoras e educadores catarinenses, que anseiam por aplicar os conceitos de bem-estar animal diretamente no dia a dia das escolas.

Assim, o Projeto Escola Amiga dos Animais coaduna-se com a legislação vigente quanto à temática do bem-estar animal, bem como com a Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, que Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Difundir a adoção consciente e guarda responsável de animais domésticos é a base para que futuras gerações tenham plena compreensão de uma convivência harmoniosa e respeitosa com animais.

A possibilidade de interação com animais comunitários nas escolas dá o caráter prático para que os professores possam desenvolver atividades extraclasse, tais como cuidados de alimentação, higiene e sanitário, assim como afeição aos animais, pois esses também sentem fome, sede, dor e falta de atenção similar a de qualquer ser humano.

Ante todo o exposto, acreditamos que o presente projeto vai contribuir com a temática do bem-estar animal e pela mudança de comportamento da sociedade em relação ao tratamento responsável dos animais.

Dessa forma, este Deputado solicita aos nobres Colegas a aprovação da presente proposição.

Deputado Luiz Fernando Vampiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0449.8/2015

Dispõe sobre a criação do Programa Cadeira de Rodas Motorizada, destinado a pessoas com distrofia muscular progressiva.

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa Cadeira de Rodas Motorizada, destinado a ceder, gratuitamente, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, cadeira de rodas motorizada às pessoas com distrofia muscular progressiva e às pessoas com deficiência que não podem utilizar equipamento de propulsão manual.

Parágrafo único. Para a cessão que alude o caput, o beneficiário deverá comprovar, por meio de laudo médico, sua impossibilidade de locomoção e o comprometimento de seus membros superiores pela distrofia muscular, além da incapacidade financeira de adquirir ou alugar cadeira de rodas motorizada.

Art. 2º O beneficiário desta Lei não poderá alienar a cadeira de rodas motorizada e, cessada a necessidade de uso, deverá devolvê-la ao órgão público cedente.

Art. 3º O procedimento administrativo com vistas a conceder o benefício de cessão da cadeira de rodas motorizada não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias, a contar da data de solicitação.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 14/10/15

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei visa melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência que não conseguem utilizar cadeiras de rodas de propulsão manual, em especial aquelas acometidas por distrofia muscular progressiva, doença que, atingindo os membros superiores, impede o ato de impulsionar a cadeira, necessitando de modelo motorizado.

Além disso, o esforço físico do portador da doença com deficiência ou distrofia muscular pode acelerar a deterioração muscular, além de provocar fadiga, resultando na diminuição da expectativa de vida.

Para prescrição segura da cadeira de rodas motorizada, a medida apresentada prevê a exigência de documentos que comprovem a necessidade do equipamento para locomoção e a incapacidade financeira do paciente.

Diante do exposto, solicito aos nobres Parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Deputado Luiz Fernando Vampiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0450.1/15

Institui o Programa Aluguel Solidário, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Programa Aluguel Solidário, vinculado à Secretaria de Estado da Defesa Civil, com o objetivo de oferecer moradia temporária às famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica atingidas por catástrofes naturais ou que tiverem suas casas interditadas pela Defesa Civil, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A condição de vulnerabilidade socioeconômica deve ser comprovada mediante atestado emitido por órgão de assistência social do Poder Público Municipal ou Estadual.

Art. 2º O Programa Aluguel Solidário contempla:

I - subsídio mensal à locação de imóvel de terceiros para as famílias ou pessoas que tiverem perda parcial ou total de suas moradias em razão de desastres naturais;

II - subsídio mensal à locação de imóvel de terceiros para famílias ou pessoas que residam em áreas declaradas de risco permanente pela Defesa Civil estadual; e

III - subsídio mensal, a título de aluguel, às pessoas que abrigarem temporariamente em suas casas famílias ou pessoas atingidas por desastres naturais ou retiradas de áreas declaradas de risco temporário pela Defesa Civil estadual.

Art. 3º O valor do subsídio previsto nos incisos I, II e III do art. 2º será no valor equivalente a meio salário mínimo regional e será concedido pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, não se admitindo a renovação.

Parágrafo único. Os prazos mínimos e máximos da concessão do aludido subsídio serão fixados por avaliação da Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Art. 4º O subsídio previsto nesta Lei será concedido sem prejuízo de outros recursos destinados às famílias em vulnerabilidade social por meio de doações e assistência direta patrocinada pelo Poder Público.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC).

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Natalino Lázare

Lido no Expediente

Sessão de 14/10/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa proteger a saúde e o bem-estar das famílias atingidas por desastres naturais, no Estado de Santa Catarina.

É cada vez mais recorrente a ocorrência de enchentes e outros desastres naturais que vitimam famílias catarinenses em todas as regiões do Estado.

Embora o Governo do Estado, por intermédio de seus órgãos de proteção e defesa civil, procure atender e socorrer os atingidos pelos desastres naturais, abrigando-os em Ginásios de esportes, centros comunitários, escolas públicas e outros locais congêneres, esses espaços são de ocupação emergencial, proporcionando, num primeiro momento, uma alternativa.

Contudo, não é possível, em muitos casos, que as famílias ou indivíduos atingidos pelos desastres naturais voltem para seus lares.

Nesse sentido, o aluguel solidário propõe-se como medida para mitigar o sofrimento dessas pessoas, que além da perda material, passam forte abalo emocional.

Também é justo, a meu ver, que os lares que se habilitarem para abrigar, temporariamente, famílias ou indivíduos nas condições de desabrigados, sejam contemplados com algum tipo de ajuda financeira.

As despesas que decorrerão da execução da presente medida, não são perenes ou de caráter continuado, são de aplicação temporária e, por isso, o impacto financeiro é incerto, razão pela qual não é possível estimar o impacto orçamentário-financeiro nos termos sentar do art. 16 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares a aprovação do Projeto de Lei que ora apresento.

Deputado Natalino Lázare

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0451.2/2015

Declara de utilidade pública o Rotary Clube de Itajaí.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Rotary Clube de Itajaí, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente

Sessão de 15/10/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública o Rotary Clube de Itajaí.

A entidade tem caráter beneficente e assistencial, cujas atividades são regidas pelo seu Estatuto Social.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que o Rotary Clube de Itajaí usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, peço a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Gean Loureiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0452.3/2015

Disciplina, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a alternância postural no trabalho do vigilante.

Art. 1º Esta Lei disciplina a alternância postural no trabalho do vigilante, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A alternância postural constitui-se em assegurar ao vigilante quinze minutos de repouso sentado a cada duas horas de trabalho contínuo na posição de pé, sem abandono de sua função.

Art. 3º O repouso previsto no art. 2º não prejudica o disposto sobre o intervalo intrajornada previsto no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente

Sessão de 15/10/15

JUSTIFICATIVA

"Depois de admitidos somos esquecidos, não se preocupam com nossa saúde e bem estar".

Com o aumento do campo de atuação da segurança privada, decorrente do recrudescimento da criminalidade, concomitantemente ao desenvolvimento da economia e o consequente cuidado com o patrimônio acumulado por pessoas físicas e jurídicas, conforme afirma Musumeci, "hoje, é possível afirmar que a vida pública é policiada pela segurança privada, em proporções semelhantes ou superiores àquelas das forças de segurança pública".

A alternância postural no trabalho do vigilante tem a ver com ergonomia que, de acordo com a Ergonomics Research Society (1949), "é o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento e ambiente e, particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas surgidos desse relacionamento". Portanto, a alternância postural se relaciona diretamente com a saúde, o bem estar e a eficiência das atividades dos vigilantes.

Sendo assim, a permanência na posição de pé, durante longos períodos de trabalho, é uma das dificuldades mais comuns para os vigilantes, fonte de inúmeras queixas de dores nas pernas, na coluna, articulações e cáibras entre esses trabalhadores.

Entretanto, o problema de saúde mais comum na área da vigilância, apontado tanto pelo Sindicato dos Vigilantes visitados, quanto pelos trabalhadores, são as varizes. Na maior parte dos casos,

os vigilantes cumprem jornadas de oito horas diárias ou mais, como ocorre nas escalas 12 x 36. Além de expostos a situações que podem provocar a fadiga geral, como intempéries climáticas, ausência de água potável e de condições adequadas para refeições, tensão e conflitos com o público, a jornada de trabalho na postura de pé durante todo ou a maior parte do turno é considerada como fonte de fadiga e de várias outras doenças, tornando-se, então, problema de saúde pública.

Destarte, a presente proposição coaduna-se com uma política social, que prioriza a saúde do trabalhador, atuando de forma a lhe proporcionar um ambiente agradável de trabalho e valorizando suas necessidades, uma vez que tais medidas comprovadamente repercutem em uma prestação de serviços mais eficiente e contínua e, conseqüentemente, em ganhos para o próprio empregador, além de ter reflexo também para o governo e até mesmo para a sociedade, que não precisa arcar com os encargos advindos de um trabalhador doente ou desempregado.

Quanto a constitucionalidade da propositura, temos a afirmar que, sendo a matéria prevista como direito social, no inciso XXII do artigo 7º da Constituição Federal e, ainda, conforme o disposto no inciso II do art. 23 da Constituição Cidadã asseverando ser de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da "saúde e assistência pública", torna-se patente a competência do Estado-membro para legislar acerca do tema.

A tendência é de avançarmos cada vez mais no cumprimento dos mandamentos constitucionais e legais com relação a redução dos riscos inerentes às atividades dos vigilantes, por meio de normas de saúde e segurança, uma preocupação cada vez mais frequente e valorizada pelo nosso parlamento, razão pela qual pensamos que a propositura é fundamental para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico estadual, tendo, assim, por justificado o encaminhamento para aprovação do Projeto de Lei em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Deputado Cesar Valduga

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0013.6/2015

Institui a Rede Catarinense de Ouvidorias Públicas - Rede Ouvir/SC.

CAPÍTULO I

DA REDE CATARINENSE DE OUVIDORIAS PÚBLICAS - REDE OUVIR/SC

Art. 1º Esta Resolução institui a Rede Catarinense de Ouvidorias Públicas - Rede Ouvir/SC, tendo por objetivos consolidar a parceria, a cooperação mútua, a articulação de esforços e o compartilhamento das manifestações registradas pelos cidadãos entres as ouvidorias dos Poderes Públicos Estaduais, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, para fortalecer as ferramentas de transparência pública, o controle social e o envolvimento do cidadão e da sociedade civil organizada no exercício de seus direitos, conforme previsto nas leis da transparência pública e de acesso à informação.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Art. 2º A Rede Ouvir/SC será coordenada pelo Ouvidor da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, permitindo-se alternância entre as partes signatárias.

§ 1º A alternância a que se refere o *caput* será definida entre as partes signatárias pela votação da maioria absoluta.

§ 2º Cada coordenador executivo atuará nessa função pelo período de um ano, permitindo-se a recondução.

§ 3º O coordenador executivo atuará como agente de integração, tendo como competência, as seguintes atribuições:

I - coordenar a execução das ações e atividades vinculadas à Rede Ouvir/SC;

II - dirimir possíveis dúvidas ou prestar informações e orientações;

III - providenciar e formalizar os instrumentos necessários à execução das intenções pactuadas; e

IV - outras atribuições inerentes à função.

§ 4º O coordenador executivo será obrigado, nos termos da lei, a resguardar o sigilo do teor dos documentos e informações que receber ou tiver ciência em virtude da adesão das partes signatárias.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE ADESÃO

Art. 3º Fica instituído o Protocolo de Intenções, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre as partes signatárias, que assinarão Termo de Adesão, em conjunto com o Ouvidor da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das ações e atividades da Rede Ouvir/SC.

Parágrafo único. O Protocolo de Intenções, firmado de comum acordo e de modo voluntário, discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias, além de sua vigência, podendo ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

Art. 4º Os compromissos que envolverem atuação conjunta específica poderão ser objeto de instrumento próprios, acompanhados

dos respectivos planos de trabalho e demais informações exigidas em lei federal, no que couber.

Art. 5º O Protocolo de Intenções poderá ser rescindido por descumprimento de qualquer das suas cláusulas ou denunciado de pleno direito por qualquer das partes signatárias, mediante aviso prévio e por escrito, no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. Havendo atividades em andamento que possam sofrer prejuízos de continuidade deverão ser concluídas, mediante acordo específico.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS

Art. 6º São atribuições das partes signatárias:

I - designar responsável, no âmbito de seu órgão, para atuar como agente de integração, visando facilitar a coordenação e a execução das ações e atividades da Rede Ouvir/SC, bem como dirimir possíveis dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

II - designar representantes, no âmbito de seu órgão, para participação ativa nas ações e atividades da Rede Ouvir/SC;

III - fornecer informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento das ações e atividades da Rede Ouvir/SC e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das intenções pactuadas;

IV - viabilizar a troca de informações entre as partes signatárias, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorização de acessos e recebimentos necessários, observadas as políticas de segurança de cada órgão, de acordo com as respectivas esferas de atuação, ressaltando-se o sigilo expressamente previsto em lei e as eventuais limitações técnico-operacionais;

V - levar, imediatamente, ao conhecimento das partes signatárias, ato ou ocorrência que interfira no andamento das ações e atividades da Rede Ouvir/SC para adoção de medidas cabíveis;

VI - incentivar a adesão e a participação de outros órgãos e entidades na Rede OUVIR/SC, bem como em seus eventos, ações e atividades que tenham interação com as ações desenvolvidas pelas respectivas ouvidorias.

§ 1º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina será a responsável, prioritariamente, por organizar e operacionalizar as ações e atividades da Rede Ouvir/SC.

§ 2º Ficam as partes signatárias obrigadas, nos termos da lei, a resguardar o sigilo do teor dos documentos e informações que receberem ou tiverem ciência em virtude da assinatura do Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO V DO REPASSE DE RECURSOS

Art. 7º O Protocolo de Intenções não gera entre as partes signatárias obrigações financeiras, repasse de recursos ou de bens, nem alterações de vinculação funcional e empregatícia dos respectivos corpos técnicos.

Parágrafo único. Os recursos técnicos, logísticos e humanos necessários à consecução das ações e atividades da Rede Ouvir/SC serão disponibilizados por todas as partes signatárias, arcando cada uma com seus respectivos ônus e encargos.

Art. 8º Eventual repasse de recursos ou de bens que se fizerem necessários deverão ser estabelecidos em instrumento próprio, a ser firmado pelas partes signatárias, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO VI DA PUBLICAÇÃO

Art. 9º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina procederá a publicação do extrato do Protocolo de Intenções na Imprensa Oficial e em sua página na internet, na forma e no prazo estabelecido em lei federal, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Parágrafo único. As partes signatárias, independentemente da publicação a que se refere o *caput*, poderá publicar o mesmo extrato nos respectivos órgãos oficiais.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. É permitido às partes signatárias utilizar a marca Rede Ouvir/SC, desde que se incluam os nomes de todos os órgãos participantes, devendo comunicar a intenção, previamente, à coordenação executiva.

Parágrafo único. Demais órgãos e entidades que aderirem à Rede Ouvir/SC deverão fazer solicitação por escrito à coordenação executiva sobre a utilização da marca.

Art. 11. As partes signatárias poderão buscar apoio à efetiva consecução dos objetos desta Resolução, por meio da celebração de ajustes junto às entidades civis que tenham em suas atividades, interesses ou objetivos análogos aos fins da Rede OUVIR/SC.

Art. 12. Todas as comunicações entre as partes signatárias serão feitas por escrito, devidamente protocoladas.

Art. 13. Os casos omissos porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre todas as partes signatárias.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

*Lido no Expediente
Sessão de 15/10/15*

JUSTIFICATIVA

A Ouvidoria Pública é um instrumento de gestão ética, democrática e transparente. É instância necessária de participação cidadã e consequente inclusão social que viabiliza as condições institucionais para o amplo exercício dos direitos do administrado, e que se traduz, também, no conceito ou princípio de eficiência e eficácia.

A Ouvidoria tem a função de mitigar a vulnerabilidade técnica, jurídica e econômica do cidadão diante dos órgãos e instituições públicas, ao tempo em que permite à gestão pública tornar-se mais democrática e eficiente na concretização de seus objetivos e na busca do aperfeiçoamento do atendimento das necessidades do cidadão.

Quanto à participação das Ouvidorias em ações compartilhadas com outras ouvidorias, conselhos ou institutos de participação social, são poucas que realizam ações conjuntas. O Estado de Minas Gerais foi o pioneiro em integrar Ouvidorias dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), do Tribunal de Contas e do Ministério Público, tomando-se um projeto inovador, tendo por principais objetivos envolver o cidadão, fortalecer as ferramentas de transparência e controle social.

Com a nossa proposta, qual seja a criação da Rede Ouvir/SC, estamos buscando novos caminhos para oferecer respostas cada vez mais ágeis às demandas dos cidadãos, apesar de o nosso parlamento já ter uma atuação exemplar nessa área. Entretanto, buscamos facilitar o intercâmbio de informações entre as esferas de governo que possibilitem uma atuação mais rápida nos questionamentos apresentados pela sociedade, consolidando a vocação da Assembleia Legislativa de estar cada vez mais próxima de todos os catarinenses.

A Rede Ouvir/SC adotará medidas para envolver os cidadãos em suas ações, tais como: a ouvidoria itinerante, a realização de palestras, seminários, oficinas e debates e a divulgação das atividades nas redes sociais, além de encaminhar para a área responsável as reivindicações e denúncias.

Cremos que com mais esse canal, reflexo do crescimento da democracia participativa que aproximou o cidadão do governo e da gestão pública diminuirá a desconfiança dele em relação às instituições públicas ao perceber que suas reivindicações serão atendidas, além de potencializar as ferramentas de transparência e controle social, razão pela qual pensamos que a proposta é fundamental para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico do nosso Poder Legislativo, tendo, assim, por justificado o encaminhamento para aprovação do Projeto de Resolução em comento, contando com a proverbial atenção de nossos pares.

Deputado Cesar Valduga

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO RQC/0032.6/2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no Regimento Interno e nos termos da Resolução nº 005, de 30 de agosto de 2005, **REQUEREM** a Constituição da Frente Parlamentar de Defesa e Solidariedade a Cuba, com objetivo de somar esforços a fim de viabilizar o fim do embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba e possibilitar o início de relações comerciais que beneficiem o Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões,
Deputado Rodrigo Minotto
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Dirceu Dresch
Deputada Luciane Carminatti
Deputado César Valduga

*Lido no Expediente
Sessão de 15/10/15*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA E SOLIDARIEDADE A CUBA TERMO DE ADESÃO

Os Parlamentares que esta subscrevem, com amparo no Regimento Interno e nos termos do art. 4º da Resolução nº 005, de 30 de agosto de 2005, **manifestam sua adesão à Frente Parlamentar de Defesa e Solidariedade a Cuba**, com objetivo de somar esforços a fim de viabilizar o fim do embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba e possibilitar o início de relações comerciais que beneficiem o Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões,
Deputado Rodrigo Minotto
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Dirceu Dresch
Deputada Luciane Carminatti
Deputado César Valduga

*** X X X ***